



# Anais da Assembleia

Nº 064

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 05 DE JUNHO DE 1991

ANO XVII

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 52.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA.  
REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 1991.  
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Dalton Machuca.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edison Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Puddell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton César, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (50). - Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Neivo Beraldin, Nilton Barbosa e Rafael Greca de Macedo (03). - Achando-se em licença o Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Certidão:

Tribunal Regional Eleitoral  
do Estado do Paraná  
JUIZO ELEITORAL DA 16.<sup>a</sup> ZONA

CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido verbal da parte interessada, que revendo em cartório o arquivo do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, nele consta a ficha de filiação do Dr. DOMINGOS FAUSTINO DE CARVALHO, inscrito nesta Zona Eleitoral sob n. 3175560604, filiado em 27.05.91. O referido é verdade, do que dou fé. CASTRO, aos cinco (05) dias do mês de junho (06) do ano de mil novecentos e noventa e um (1991). Eu (a) (SONIA MARA ELIAS GOMES), Escrivã Eleitoral, que a datilografei, subscrevi e assino.

(a) SONIA MARA ELIAS GOMES  
Escrivã Eleitoral  
Matrícula n. 0078

Requerimentos:

RUQUERIMENTO Nº 1324

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n. 190/91, que autoriza o Poder Executivo a instituir o regime fiscal das microempresas.

Sala das Sessões, em 05.06.91.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1335

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do Senhor ELIAS ALVES DE OLIVEIRA, ocorrido no último dia 29 de maio, em Borrazópolis.

REQUER ainda, que da decisão sejam informadas as autoridades civis, eclesiásticas e militares daquele município, bem como os Membros da Loja Maçônica Grande Oriente do Paraná, "Discípulos de Abraão", de Borrazópolis.

Sala das Sessões, em 05.06.91.

(a) EDSON SILVA LINO

JUSTIFICATIVA:

Elias Alves de Oliveira, não chegou a viver uma dezena de anos em Borrazópolis.

Seria até possível considerar-se pouco tempo, se fôssemos medir pelo critério quantitativo. Entretanto, os anos de sua vida devem ser considerados pela qualidade, pois as atitudes magnânimas que marcaram sua curta passagem pela vida, deixaram marcas indeléveis.

Nascido em Centenário do Sul, em 29 de julho de 1954, desde setembro de 1982 pas-

sou a viver em Borrazópolis.

Integrou-se desde logo ao Município, e sem esquecer suas origens ou deixar de cultuá-las, adotou Borrazópolis, como sua terra.

A par de suas atividades de comerciante, fundou no Município a Loja Maçônica "Discípulos de Abraão", Grande Oriente do Paraná.

Fiel aos princípios maçônicos que nortearam sua vida, como Venerável da Loja, liderou movimentos comunitários.

Um desses movimentos resultou na construção da Creche "Recanto Pró Menor", cujos serviços prestados ao Município, são imensuráveis.

Membro atuante do LYONS CLUB de Borrazópolis, esteve sempre presente e atuante em Campanhas Beneméritas.

Procurou oferecer um agasalho àquele que sentia frio, um brinquedo à criança menos favorecida, com a certeza de que não fazia caridade e sim, cumpria um dever.

Casado com a Senhora Sueli Alves de Oliveira, desde setembro de 1984, deixa dois filhos menores: Letícia, com cinco anos, Vinícius com seis meses.

Ao perder Elias, o Município perde um benfeitor, mas ganha um exemplo a ser seguido: de trabalho, dedicação, integridade e amor.

#### REQUERIMENTO N° 1336

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, desta Casa, REQUER, Votos de Congratulações, pelo 57° Aniversário de Emancipação Política do Município de Sertãoópolis, sendo que tal evento ocorrerá dia 06 próximo vindouro e aproveito para parabenizar essa municipalidade.

Requeiro ainda, após aprovação deste, seja dado ciência ao Prefeito Municipal, bem como, aos Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 05.06.91.

(a) JOSÉ TAVARES.

#### REQUERIMENTO N° 1340

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, a Vossa Excelência, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de "votos de louvor e congratulações", com a Fundação Bamerindus, pela promoção da Campanha do Agasalho 1991.

A Fundação Bamerindus, pelo segundo ano consecutivo, se antecede às instituições públicas responsáveis pelo atendimento social, promovendo campanha para angariar agasalhos em todo o Estado do Paraná. A campanha, a cargo dos funcionários do

Curitiba, quarta, em 05.06.91

Bamerindus, alcançou, em 1990, amplo sucesso, com a arrecadação de aproximadamente 600 toneladas de agasalhos. Este ano, iniciada há dois meses, alcançou sucesso maior, conseguindo sensibilizar o coração dos paranaenses com belíssima mensagem publicitária.

O exemplo da Fundação Bamerindus há que ser mostrado a todos os empresários com condições para tanto, pois, sem dúvida, as toneladas que serão distribuídas para milhares de carentes em todo o Estado, servirão para minorar o frio e a miséria de muitos.

Requer ainda, aprovado o presente requerimento, que do mesmo se dê conhecimento a Senhora Cristina Andrade Vieira, Presidente da Fundação Bamerindus, ao Senhor Senador José Eduardo Andrade Vieira e ao Senhor Sérgio Reis, Diretor de Marketing do Bamerindus.

Sala das Sessões, em 05.06.91

(a) ALGACI TÚLIO.

#### REQUERIMENTO N° 1325

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente aos Excelentíssimos Srs. Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, e José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando viaturas novas para prover as delegacias de polícia dos municípios de Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Matelândia e Missal.

Sala das Sessões, em 05.06.91

(a) DOBRANDINO DA SILVA.

#### JUSTIFICATIVA:

As comunidades de Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Matelândia e Missal, solicitaram encarecidamente deste Parlamentar, esforços junto às autoridades competentes, no sentido de obter uma viatura policial, nova, para cada um dos municípios mencionados.

Evidentemente trata-se de uma solicitação que requer, inclusive, um tratamento de urgência, em vista das dificuldades por que passam as autoridades policiais no desempenho de suas funções, fato esse, sem dúvida, que recai contra a tranquilidade e segurança das referidas comunidades.

#### REQUERIMENTO N° 1326

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à diretoria da Copel solicitando iluminação pública na Rua Cruzeiro do Sul esquina com Rua Cerro Azul, e também extensão da rede de energia elétrica para as casas localizadas nesta rua.

Tais ruas se localizam no bairro Guaraituba, município de Colombo.

Sala das Sessões, em 05.06.91

(a) DOUTOR ROSINHA.

**JUSTIFICATIVA:**

Tal pedido se deve ao fato que além da melhoria da qualidade de vida que por si só acarreta a energia elétrica também diminui o risco a assalto que a população desta região sofre cotidianamente.

**REQUERIMENTO N° 1328**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, com a finalidade de restabelecer a concessão do vale-transporte aos funcionários do DER de IRATI.

Conforme um abaixo-assinado, os funcionários do 15° Distrito há muito que não recebem o mencionado benefício a que têm direito. Muitos deles se deslocam diariamente percorrendo até dez quilômetros das suas casas ao local da trabalho, arcando com um pesado ônus que, cada vez mais, vem ficando insustentável, dadas as reconhecidas limitações salariais, penosas em sua maioria.

Pelos motivos expostos, aguarda-se um pronto pronunciamento com respeito a esta questão levantada, adotando medidas compatíveis com a esperada solução.

Sala das Sessões, em 05.06.91

(a) TOTI COLAÇO.

**REQUERIMENTO N° 1329**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, com a finalidade da cessão de materiais didático-pedagógicos para a Escola Estadual Sagrado Coração, localizada na municipalidade de IRATI.

Consustanciado na iniciativa da Senhora Diretora Isabel C.A. Teixeira, trata-se da doação de um aparelho de vídeo-cassete, a ser utilizado como moderno recurso na aplicação do ensino, dinamizando sobremaneira os resultados do aprendizado.

Em razão do exposto, aguarda-se um parecer favorável a esta justa solicitação.

Sala das Sessões, em 05.06.91.

(a) TOTI COLAÇO.

**REQUERIMENTO N° 1331**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Ple-

nário, o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, objetivando a cessão de materiais didático-pedagógicos para a Escola Estadual Antônio Xavier da Silveira, localizada na municipalidade de IRATI.

De iniciativa da Senhora Diretora Helena Girdauskas, a finalidade é a de, através da utilização de um vídeo-cassete, ampliar as condições em termos de recursos didáticos, o real aproveitamento da aprendizagem em todas disciplinas, melhorando sensivelmente o nível de ensino.

Pelos motivos expostos, que o presente apelo encontre o esperado respaldo por parte dessa Pasta no sentido de concretizá-lo.

Sala das Sessões, em 05.06.91.

(a) TOTI COLAÇO.

**REQUERIMENTO N° 1343**

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o duto Plenário, seja enviado expediente à Secretaria da Educação solicitando a doação de instrumentos musicais para a formação de uma banda ou fanfarra na ESCOLA ESTADUAL MIRAZINHA BRAGA, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 05.06.91

(a) ALGACI TÚLIO.

**JUSTIFICATIVA:**

Todos bem sabemos do valor da arte e, neste caso, da música, para o desenvolvimento do indivíduo, sobretudo, dos benefícios dela para a aprendizagem.

Nesse espírito, é maravilhoso o trabalho desenvolvido pelos professores da Escola Mirazinha Braga, no sentido de desenvolver nas crianças as habilidades e interesses musicais.

Entretanto, o trabalho esbarra na falta de instrumentos apropriados, para o quê, a doação expressa neste requerimento, seria da maior importância.

Trata-se de um trabalho realmente merecedor de apoio e, inclusive, de uma observação mais íntima por parte da Secretaria, tão dinâmica nestes tempos do novo Secretário Elias Abrão.

Temos certeza que a solicitação será objeto de cuidadosa análise na SEED.

Que do teor do presente dê-se ciência à Direção e APM da Escola Mirazinha Braga.

**REQUERIMENTO N° 1330**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhada correspondência ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, com o propósito da liberação de materiais didático-pedagógicos para a

Escola Estadual Nicolau Copérnico, localizada na municipalidade de MALLET.

Trata-se da destinação de um aparelho de vídeo-cassete, objetivando oferecer um recurso que, cada vez mais, vem sendo indispensável às novas técnicas de ensino-aprendizagem, em todas as disciplinas.

Que o presente pedido, formulado em nome do Senhor Diretor Cleocir Lopacinski, merece a necessária atenção por parte desta Pasta.

Sala das Sessões, em 05.06.91.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 1332

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetida correspondência endereçada ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, objetivando a ampliação do centro de atendimento de reeducação visual da Escola Estadual Duque de Caxias, localizada na municipalidade de IRATI.

Sem nenhuma dúvida, o atendimento oftalmológico oferecido ao conjunto dos seus estudantes do primeiro grau e do ensino supletivo, tem permitido resolver a uma série de problemas nessa área, cujos resultados naturalmente refletem diretamente na sensível melhoria das condições de ensino, uma vez eliminados problemas de visão. Ademais, os serviços oferecidos têm evitado em grande parte o eventual deslocamento a Ponta Grossa ou Curitiba em busca daquele tipo de exame.

Mesmo diante do inegável serviço, é de vital importância melhorá-lo, para adequar, através de equipamentos, uma estrutura compatível com as reais necessidades, como lembram a Senhora Diretora Iracema Colaço Vaz, a Senhora Diretora Auxiliar Léa Maria Dyniewicz e a Professora de Reeducação Visual, Senhora Adriane Meyer Vasão.

Considerando a abrangência do Centro de Reeducação Visual para o mencionado estabelecimento de ensino, especialmente junto à camada carente, espera-se, num menor prazo de tempo possível, o respaldo técnico e financeiro por parte dessa Pasta.

Sala das Sessões, em 05.06.91.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 1334

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, seja informado a localização das "REGIONAIS" do DETRAN/PR, onde estão instalados os Centros de Processamento de Dados - CPD - capazes de emitir documentos de veículos au-

Curitiba, quarta, em 05.06.91

tomotores.

Que do presente, seja dada ciência ao Ilustríssimo Senhor Doutor Francisco Deliberador Neto, Diretor do DETRAN/PR para as devidas providências.

Sala das Sessões, em 05.06.91.

(a) JOSÉ ARTUR RITTI

#### REQUERIMENTO N° 1341

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência a inserção na ata dos trabalhos da presente sessão, de "votos de congratulações" com a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, pelo sucesso alcançado com a realização, em Curitiba, do Encontro do Colégio de Presidentes da OAB. O encontro, iniciado em 30 de maio e estendendo-se a 1° de junho, contou com a presença dos Conselhos Seccionais e a diretoria do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. No mesmo foram traçadas metas sobre o processo de modernização e valorização da entidade e ação da profissão do advogado. O encontro foi sintetizado em um documento que servirá de base e orientação para os 300 mil advogados do País, denominado "Declaração de Curitiba" e do qual se requer a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa.

Requer ainda, aprovada a presente proposição, que da mesma se dê conhecimento à Presidência da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, na pessoa do Dr. Teophilo Mansur; ao Conselho Federal da OAB e ao Des. Renato Pedroso, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.

Sala das Sessões, em 05.06.91.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 1342

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais do Poder Legislativo do Estado a matéria "As Artes Cênicas do Paraná voltarão à Pré-História?", publicada pelo "Jornal do Estado".

Sala das Sessões, em 05.06.91.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Por ocasião da escolha do nome do novo Superintendente da Fundação Teatro Guaíra, o carioca Osvaldo Loureiro, tem-se notícia de uma grande movimentação da classe artística do Paraná.

"Xenofobia" e "Provincianismo", atestam os favoráveis à indicação, esquecendo que na afobação de ridicularizar um movimento, acabam por "espinafrear" nossa própria tradição cultural.

Um povo sem memória é um povo ignoran-

te. Quem de boa memória poderá falar contra nossa própria cultura, as artes cênicas do nosso Estado, nossos valores e nomes que os representam?

Aloísio Cherubin - esse nome histórico do nosso teatro - disse com a clareza e lucidez que lhe são peculiares: "desde 1853 não somos mais 5.<sup>a</sup> comarca. Será que já não podemos andar por nossas próprias pernas"?

Será que não?

E xenofobismo faz lembrar os comentários desairosos de Monteiro Lobato, por ocasião do modernismo. A Semana da Arte Moderna de 22 está prestes a completar setenta anos e mais do que nunca atual, principalmente, no discurso antropofágico.

Movimento Pau Brasil daquele tempo... movimento Gralha Azul nosso, desses artistas maravilhosos, que tanto já fizeram por nosso Paraná, e que só querem ser respeitados.

O Senhor Governador é um homem muito bem formado, de capacidade intelectual aguçada e reconhecido pelo arrojo e coragem. Sabemos que ele devota grande consideração aos nossos artistas - tantos dos quais se empenharam em suas campanhas. Então, por que deixa que consume esse ato violento contra nossa autonomia?

Sim, porque além de nomes reconhecidos nacional e até internacionalmente ligados à cultura, dispomos de centenas de administradores capacitadíssimos, formados em alguns dos melhores cursos superiores do País, que poderiam ocupar a Superintendência do Guaíra - órgão que constitui a "espinha dorsal" da produção cênica do Paraná, sem esquecer de nossa Orquestra e do brilhante Coral Sinfônico.

Numa matéria de extraordinária clareza, o "Jornal do Estado" mais uma vez presta um grande serviço à defesa do que ainda podemos chamar de "valores paranaenses".

Através da matéria em questão, pode-se conhecer passo-a-passo o desenrolar do lamentável episódio de indicação de um representante do "frenesi de Ipanema" para o Guaíra.

Maledicentes - provavelmente - dizem alguns que a indicação teria partido de outro, que não o Senhor Governador. O que, de pronto, desacreditamos. Primeiro, por ser difícil aceitar que o nosso Governador permitisse a interferência de "mãos alheias" em seu Governo. Segundo, por conhecer o carinho público que o Governador devota à nossa cultura e àqueles que se emprestam ao trabalho de fazê-lo, sobretudo, às artes cênicas.

Que se inclua nos Anais do Poder Legislativo a matéria do "Jornal do Estado", editada pelo jornalista RUY BARROZZO e redigida pelo jornalista FERNANDO

KLUG, para que saibam todos quanto deste tiverem conhecimento, que o Poder Legislativo não está desacordado para este episódio.

Que se diga isto, através do presente, ao Advogado e Jornalista ROBERTO REQUIÃO, Governador do Estado, antropóloga GILDA POLI, Secretária da Cultura, Jornalistas RUY BARROZZO e FERNANDO KLUG, do "Jornal do Estado", ALOÍSIO CHERUBIN, do SATÉD, ao Presidente da APAC, ao Presidente da FITAP, à coordenação do Curso Superior de Artes Cênicas da PUC-PR e à coordenação do Curso de Teatro Amador do Colégio Estadual do Paraná.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 219/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1° - Fica vedada a nomeação, para cargos em comissão, do cônjuge ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau, respectivamente, de Deputados, no âmbito da Assembléia Legislativa; de Conselheiros do Tribunal de Contas, no Tribunal de Contas; do Governador e dos Secretários de Estado, no âmbito do Poder Executivo Estadual.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.91.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

(a) DOUTOR ROSINHA

(a) ERNANI PUDELL

Apoiamento: Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Alceu Swarowski e Paulo Maia.

#### JUSTIFICATIVA:

O nepotismo sempre constitui-se numa prática condenável e vem merecendo da sociedade brasileira, nos últimos tempos, implacável combate no sentido de erradicá-la de nosso meio, a bem do interesse público na administração do Estado.

A repercussão vem no sentido positivo, na medida em que o Congresso Nacional, demonstrando sensibilidade ao pleito popular, deliberou na mesma direção do presente projeto de lei, ou seja, vedando a nomeação de parentes para cargos daquela Casa Legislativa. Também o Supremo Tribunal Federal e o Ministério Público adotaram idêntica postura.

Vale ressaltar, também, que em Países de cultura política mais avançada, onde as instituições estão efetivamente a serviço da população, inexistente a prática de nomeação de parentes para cargos de confiança, face a uma postura já consagrada de moralidade na administração da coisa pública, princípio previsto na Lei Maior de nosso País.

Enquanto não encontre guarida em nosso

meio a observância de tais princípios e não seja moldada uma cultura visando preservar a administração pública da invasão de parentes dos respectivos governantes, mister se faz vedar mediante lei esta prática.

Os interesses da coletividade devem sobrepor-se aos do governante, reservando-se a este a tarefa de zelar para que as aspirações daqueles que o lançaram ao mandato tenham curso através de uma equipe identificada com o povo, soberano detentor do poder, e não por meio de pessoas que, ligadas por laços de parentesco, poderão vir a dispensar maior atenção às vontades daquele que, numa penada, concedeu-lhe um cargo e um salário públicos.

PROJETO DE LEI N° 220/91  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais"- APAE, com sede e foro no município de Santo Antônio do Sudoeste (PR).

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, a exemplo do que já ocorre em outros tantos municípios, tem por objetivo promover o bem-estar e ajustamento de pessoas excepcionais, o que por si só já credencia o benefício. Não obstante tal fato, é de se reconhecer que tem existência desde 1982, atendendo a todos os requisitos legais determinantes da declaração de utilidade pública, cujos documentos comprobatórios estão anexados ao presente.

Face ao exposto, solicitamos dos nobres Pares a aprovação do mesmo nesta Assembléia Legislativa.

PROJETO DE LEI N° 221/91  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica concedida à APARECIDA ROSA DIAS, uma pensão mensal no valor de Cr\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil cruzeiros).

Parágrafo Único - O direito ao benefício desta lei extinguir-se-á com o casamento da beneficiária.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.91.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Senhora Aparecida Rosa Dias é viúva do falecido Senhor José Teodoro Dias, ex-Delegado de Polícia do município de Braganey, onde prestou relevantes serviços, e que, lamentavelmente, faleceu vítima de acidente automobilístico, quando no exercício da função policial, deixando desamparada a sua família, para a qual postulamos o benefício objeto deste plano de lei, que indubitavelmente auxiliará no suprimento das suas necessidades básicas.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 034/91  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1° - A Assembléia Legislativa descentralizará as suas atividades realizando, mensalmente, duas sessões legislativas nos municípios que sediarem microrregiões.

Parágrafo Único - As sessões realizadas na última semana do mês, preferencialmente às quartas e quintas-feiras, destinar-se-ão respectivamente a:

a) reuniões e atividades das comissões técnicas do Poder Legislativo, para avaliação e discussão dos problemas e questões regionais;

b) reunião do conjunto dos Deputados, em sessão plenária, para discussão e aprovação de matérias decorrentes das atividades previstas na alínea anterior e da Ordem do Dia.

Art. 2° - As sessões tratadas por esta resolução deverão ser realizadas em concordância com o Regimento Interno da Assembléia Legislativa, salvo os casos omissos, que serão julgados e decididos pelo Plenário.

Art. 3° - Os Deputados não receberão qualquer remuneração ou gratificação especiais para a participação das referidas sessões.

Parágrafo Único - O não-comparecimento à Sessão Legislativa dentro do programa de descentralização implica nos descontos de subsídio do parlamentar, na forma do disposto pelo Regimento Interno.

Art. 4° - Serão convocados os funcionários considerados indispensáveis à realização das sessões, não cabendo nenhuma gratificação especial, salvo por desempenho de funções em horário extraordinário.

Art. 5° - Fica autorizada, para cumprimento desta resolução, a mudança temporária da Sede do Poder Legislativo, conforme o previsto no artigo 54, XXXII da Constituição do Estado.

Art. 6° - Fica assegurada a participação da comunidade, entidades, clubes de serviço, sindicatos, associações, partidos políticos, prefeitos, vereadores, demais

autoridades e representantes de órgãos públicos e privados nas discussões promovidas durante as sessões referidas nesta resolução.

Art. 7º - Fica a Mesa Executiva da Assembléia Legislativa autorizada a regulamentar por decreto esta resolução, num prazo de trinta dias da sua publicação, inclusive, o cronograma para o seu cumprimento.

Art. 8º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.91.

(a) ALGACI TÚLIO

(a) EMÍLIA BELINATI

#### JUSTIFICATIVA:

Descentralizar significa colocar em prática um regime político em que os órgãos administrativos têm autonomia marcante, ficando tanto quanto possível, desprendidos do poder central. (Cf. municipalismo e comunismo).

No atual contexto político e social, é inegável o descrédito dedicado pela população à classe política, inclusive, aos integrantes do Poder Legislativo.

As críticas - muitas infundadas - dirigidas ao Legislativo, alcançam muita repercussão e até êxito junto à população, muito mais pelo completo desconhecimento das ações Legislativas, do que pela correção e honestidade das pregações desmoralizadoras.

É inegável, também, que atendendo a interesses inconfessáveis, muitas e milionárias campanhas são desenvolvidas contra o Parlamentar, alcançando o apoio da população.

Não sabe o povo, que cada um tem o Parlamento que merece. E por isto nosso povo tem um parlamento estadual digno, empenhado na discussão séria de nossos problemas e das alternativas para resolvê-los.

Eis que se trata o presente projeto de criar mecanismos para aproximar o Legislativo do povo, nas diversas regiões do Estado, uma vez que aos poucos, as galerias da Assembléia foram se esvaziando.

Raramente, nossa Casa é visitada pelo povo - quando isto acontece, geralmente, destina-se à defesa de interesses corporativistas.

Por outro lado, é preciso ressaltar, mais do que nunca, a necessidade de fortalecimento do municipalismo. Modernamente, todos sabemos, que só o fortalecimento de cada unidade municipal constituirá a estruturação coesa do Estado e da União.

Os Poderes precisam se "desencastelar"!

Não apenas o Legislativo, mas também os outros Poderes e todas as instituições estão em crise: a Igreja, a Justiça, a Po-

lícia e a imprensa.

O que se descobre, então, é que é preciso revalorar os objetivos que nortearam a criação dessas instituições, considerando os caminhos a serem percorridos para recuperar suas funções latentes.

O Executivo - atualmente - realiza expediente nas cidades do interior, aproximando as ações administrativas e o trato público à realidade da população.

O Ministério Público, na Capital, realiza sessões da Promotoria nos bairros, numa demonstração de preocupação em garantir meios de acesso da população à justiça.

A Câmara Municipal de Curitiba tomou a decisão histórica, de realizar suas sessões nos bairros, onde encontrou uma população preocupadíssima com os problemas da sua comunidade e de toda a Capital.

A Universidade Federal do Paraná desenvolve inúmeros programas sociais junto à população carente, oferecendo a chamada "contra-partida social" pela manutenção das instituições de ensino superior.

Perguntamos: pode o Legislativo fechar os seus olhos a essa realidade?

Vai adotar, como consolo a cena bíblica da esposa de Lot se transformando numa estátua de sal, enquanto saudosa, "olhava para trás"?

Que se aprove este projeto, levando a Assembléia Legislativa aonde o povo está, aonde se vive a complexa problemática da população e de onde, certamente, sairão as melhores alternativas para solução desses problemas.

O Projeto de Resolução é uma proposta arrojada, em direção ao que é moderno, às expectativas da nossa população: abre uma transparência inigualável da ação do Poder Legislativo.

É a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Neste Pequeno Expediente, quero encaminhar à Mesa desta Casa, um projeto de lei que estabelece normas para a nomeação de funcionários públicos de cargos em comissão, no âmbito do Estado, do Governo do Estado, da Assembléia Legislativa e também do Tribunal de Contas do Estado.

O nepotismo sempre constituiu-se numa prática condenável e vem merecendo, através da sociedade brasileira, nos últimos tempos, implacável combate, no sentido de erradicá-lo a bem do interesse público e da administração do Estado.

A repercussão vem no sentido positivo, em que o Congresso Nacional tem votado



projetos desta natureza, demonstrando a sensibilidade do pleito popular. É público e notório para todos os Senhores Deputados, da repulsa que a nossa população tem, quando se vem há muito tempo discutindo, debatendo, sendo condenada pela sociedade a prática do nepotismo, a nomeação de parentes em todas as áreas do Poder Público.

O Congresso Nacional adotou esta medida, através de uma comissão de moralização, de mudanças, que o Congresso implantou. Também o Supremo Tribunal Federal e o Ministério Público adotaram idêntica medida a nível nacional. Vale ressaltar que em Países de cultura política mais avançada, onde as instituições estão, efetivamente, a serviço da população, inexistente a prática de nomeação de parentes para cargos de confiança. Face a uma postura já consagrada, de moralidade na administração da coisa pública, princípio previsto na Lei Maior do nosso País. Enquanto não encontre guarida em nosso meio, a observância de tais princípios, e não seja moldada uma cultura visando a erradicação desta prática, e também de preservar a administração pública da invasão de parentes dos respectivos governantes, mister se faz vedar, mediante lei, esta prática.

Os interesses da coletividade devem se sobrepor aos dos governantes, reservando-se a este a tarefa de zelar para que as aspirações daqueles que o alcançaram ao mandato, tenham curso através de uma equipe identificada com o povo, soberano, detentor do poder e não por meio de pessoas, que ligadas por laços de parentesco, poderão vir a dispensar maior atenção às vontades daqueles que numa "penada", concedeu-lhe um cargo e um salário público.

Não se justifica, num Estado, que nenhum detentor de poder público ou mandato público tenha esta necessidade de ter que contemplar, entre o seu quadro, pessoas de sua família.

No anteprojeto da Constituição Estadual de 1989, dizia em um de seus artigos exatamente o que consta neste nosso projeto. O anteprojeto, que teve como relator o Deputado Caíto Quintana, contemplava em seu artigo, o qual não localizo, no momento, o dispositivo que teria, tem praticamente o mesmo texto do nosso projeto encaminhado nesta tarde ao Plenário, ou melhor, retificando, o artigo 33 deste projeto diz o seguinte: "Nos cargos em Comissão é vedada a nomeação do cônjuge ou parente em linha reta, ou colateral até o terceiro grau respectivamente de Deputados no âmbito da Assembléia Legislativa; de Desembargadores e Juizes nos Tribunais de Justiça e Alçada; de Conselheiros do Tribunal de Contas, no Tribunal de Contas; de Secretários de Estado no âmbito do Poder Executivo Estadual; do Governador do Esta-

do também no âmbito do Poder Executivo Estadual". Nós resgatamos este artigo da Constituição e apresentamos em forma de projeto nesta tarde, pedindo o apoio dos Senhores Deputados para que aproveemos este projeto de lei e assim se possa vedar esta prática, que muitas vezes vem denegrir a imagem do Poder Público, dos mandatários, especificamente de Deputados, o que é constante vemos em jornais, na imprensa, matérias desta natureza, condenando esta prática. Entendemos, interessante, e para o bem do Poder Público, principalmente da Assembléia Legislativa, a aprovação deste projeto. Não é a vontade de nossa população, não é a vontade dos eleitores e do povo que esta prática ocorra. Portanto, como justifiquei, até que a prática, o princípio se torne uma realidade, é necessário que se vede isto em lei. Era isso Senhor Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Próximo orador inscrito, Deputado Paulo Maia. Antes porém, a Mesa comunica que recebe no Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná a Juíza Eleitoral da 16ª Zona. Certidão. "Certifico, a pedido verbal da parte interessada, que revendo em cartório o arquivo do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB, nele consta a ficha de filiação do Dr. Domingos Faustino, inscrito nesta Zona Eleitoral sob o número 3175560604, filiado em 27/05/91. O referido é verdade do que dou fé. Castro, aos cinco dias do mês de junho de 1991. Sonia Mara Elias Gomes, escritora eleitoral, ao Departamento Legislativo para a devida anotação.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós estamos lendo freqüentemente, a imprensa tem dado divulgação, inclusive colocando o nome do Partido Socialista Brasileiro na formação de um bloco de oposição a Requião. Nós deixamos claro desta tribuna, por diversas vezes, que nós faremos parte de oposição a tudo aquilo que contraria os interesses do Paraná; nós faremos parte de oposição a tudo aquilo que não traga transparência a esse Legislativo que representa os anseios do Paraná. Mas obviamente nós não faremos, e já dissemos por diversas vezes, nesta Casa, a oposição por oposição, e nem lutaremos para que o Paraná se inviabilize através de nossas posturas políticas. Obviamente que aquilo que for transparente nós estaremos votando com o Governo do Paraná, porque interessa à sociedade paranaense. O que nós não queremos, o Partido Socialista Brasileiro não quer e tem atuado desta forma, de forma



independente, para mostrar que a sua postura aqui dentro não é fazer parte de um rolo compressor, não é fazer parte do dizer sim sempre, do sim Senhor, do não Senhor; nós temos uma postura política, nós fomos eleitos em cima de uma postura política, dentro desta Casa, obviamente, vamos nos posicionar em cima destas questões.

Nós nos posicionaremos; nós estaremos discutindo com qualquer partido político, o PRN, PL, PFL, PMDB, onde pudermos estar discutindo propostas que interessem ao Paraná, propostas que interessem à sociedade paranaense.

E temos frisado em cada instante esta questão de oposição ou de blocos de oposição ao Governo do Paraná.

Nós estaremos de fato, como já estivemos aqui, em diferentes vezes, e eu acredito que é o objetivo, inclusive, da maioria dos Parlamentares que fazem parte desta linha de oposição de ter uma postura para evitar que este Parlamento represente apenas os anseios do Governo. Nós temos por obrigação levantar os fatos, denunciar; estarmos precavidos para que a gente não seja colocado num bloco único para sermos aqui comprimidos por posturas de quem quer que seja. Mas estaremos atentos, não nos curvaremos, não nos envergonharemos; estaremos sentado em qualquer partido, em qualquer bloco para defender os interesses do Paraná. E não estamos nos esquivando, não estamos nos escondendo disso. Não há necessidade disso. Não há necessidade de se deixar bem claro a postura deste Parlamentar pertencente ao Partido Socialista Brasileiro. Nós não queremos inviabilizar o Paraná, assim como não queremos que este país seja inviabilizado. Mas queremos ter aqui posturas transparentes, votando naquilo que interessa ao Paraná. E vetando em tudo que contrarie os interesses do Paraná.

Nós não tivemos receio de estar denunciando aqui questões fundamentais a nível de Brasil; nós não temos receio de votar aqui como votamos em questões contrárias ao Governo, como também já votamos outras questões favoráveis ao Governo. Mas, isso tem que ficar bem claro que a nossa postura nesta Casa é em defesa dos trabalhadores; em defesa da transparência deste Poder; em defesa da recuperação do prestígio em relação à recuperação da moralidade que deve ter o Parlamentar desta Casa. Que ele não sirva apenas do rolo compressor. Que ele não sirva apenas para dizer sim Senhor! não Senhor! E para que ele deixe de votar sem conhecer a matéria ou para que ele deixe de votar sem que conheça a transparência dos fatos que interessem ao Estado.

E nós queremos deixar bem claro isso, estaremos votando aqui os interesses do

Paraná, fazendo parte com todos os Deputados nas questões que interessem ao Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa manifestação hoje na tribuna, deve-se ao fato que achamos necessário esclarecer o posicionamento da Bancada do Partido dos Trabalhadores com relação ao chamado Bloco de Oposição.

Tivemos a oportunidade de ler hoje na "Folha de Londrina" especulações que davam conta que o Partido dos Trabalhadores estava aliado ao PRN em oposição ao Governo.

Quero aqui deixar público em nome da nossa bancada o posicionamento do PT.

Nós, efetivamente, no nosso entendimento, a nossa bancada se constitui hoje o único bloco orgânico de oposição que existe nessa Casa. E mais do que isso. É um bloco de oposição que tem como parâmetros da sua atuação uma proposta para a sociedade paranaense.

Nós seremos um bloco de oposição a todas as tentativas de transferir recursos públicos para a iniciativa privada, porque entendemos que ao longo do processo de desenvolvimento brasileiro, o Estado teve um papel fundamental no sentido de privilegiar sempre grupos econômicos em detrimento de suas funções sociais.

Mais do que isto. A nossa bancada entende que o Estado tem um papel fundamental para distribuição de renda. Pode o Estado, através das políticas sociais, fazer de forma indireta a distribuição de rendas, beneficiando a população mais carente.

Neste sentido entendemos que, ainda mais nesta difícil quadra da vida brasileira, o Estado deve ter uma postura mais clara em destinar, com prioridade, os seus recursos para atendimento da população que hoje mais sofre com os efeitos da recessão e da crise econômica: os trabalhadores.

A nossa oposição, portanto, ao Governo do Estado, é pela esquerda. Uma oposição progressista. Uma oposição que lutará sempre para que se aprofundem, ainda mais, os mecanismos de democratização do Estado e de controle da sociedade sobre o mesmo.

Esta é, em síntese, a postura política oposicionista do Partido dos Trabalhadores. É uma postura de oposição. É uma bancada que defende, basicamente, os interesses da classe trabalhadora neste Estado. Portanto, queremos desfazer qualquer mal-entendido nesta questão.

Por outro lado, não invalidamos a iniciativa de Deputados que pretendem criar

um forum de discussão. Deputados hoje que se situam na oposição ao Governo, criaram forum de discussão para que possamos analisar todas as medidas que são enviadas pelo governo a esta Casa, para podermos ter um posicionamento consciente, esclarecido, lúcido, de bom senso. Estes foros são essenciais ao funcionamento da Assembléia Legislativa do Paraná. Até nem podemos entender diferente uma Casa de Leis que traz, na sua composição de Deputados, uma heterogenidade tão acentuada. É fundamental que o debate, o esclarecimento desses foros sirvam para a elaboração de uma síntese, quando for possível. Uma síntese de pensamento desta Casa.

Mas também deve se constituir este diálogo, franco e aberto, até para que firmemos as nossas diferenças.

Sabem todos os Srs. que o PT tem um posicionamento muito claro, muito reto, com relação às questões ideológicas. Temos, efetivamente, poucas identidades ideológicas hoje com as bancadas. Em especial do PRN, do PFL. Entendemos que em muitos pontos deveremos lutar em conjunto.

Da mesma forma que fiquem certos os Senhores que a bancada governista contará não apenas com o apoio, mas com o empenho do PT, quando as medidas e as iniciativas que a bancada governista aqui trouxer venham de encontro aos interesses dos trabalhadores.

Neste sentido quero esclarecer porque entendemos que um bloco significaria que a partir de então estaríamos todos juntos, com a mesma idéia, lutando sempre de uma forma absolutamente identificada. O que não irá ocorrer. Todos conhecem a postura da Bancada do PT. Mas saudamos a iniciativa, queremos participar das discussões. Achamos que é fundamental para o desenvolvimento e aprimoramento da nossa atuação parlamentar, mas faço este registro. Sei que estas notícias não partiram dos ilustres colegas da Bancada do PRN, mas de especulações da imprensa. Por isto é fundamental que nós, do PT, viéssemos a esta tribuna esclarecer a nossa posição, muito clara, a este respeito.

Era isto, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados.

Como um dos idealizadores do Bloco Independente, eu gostaria de esclarecer alguns aspectos da organização deste bloco. Primeiro que as afinidades a nível de ideologias são distantes, é claro, com o grupo que compõe o PT, mas nas votações de Plenário há muita identificação, tanto do

Curitiba, quarta, em 05.06.91

PT como do PRN, alguns Deputados do PDT, do PTB, enfim, se caracterizou dentro da Assembléia um grupo de Deputados que tem afinidades nas discussões e votações dentro da Assembléia, isso não quer dizer que nós não poderíamos organizar e ou, idealizar a formação de um bloco independente mas não de oposição. O que seria esse bloco independente, inclusive para esclarecer aos nobres Deputados que compõem a Bancada do Governo? É um bloco em que haverá discussão aberta, onde haverá proposições, onde todos irão participar diariamente daquilo que vem de encontro aos interesses do Paraná. O PT é colocado dentro desse bloco como um partido dentro da Assembléia que é coerente, que tem as suas respostas próprias às mensagens do Governo, assim como o PRN se caracteriza hoje como um bloco partidário que não diz amém às Mensagens governamentais, que questiona aquilo que o Governo manda para cá. O Bloco independente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se coloca como um grupo de Parlamentares que vai contribuir para com o crescimento do Estado do Paraná, não somos um bloco caracterizado como de oposição sistemática, nunca tivemos essa idéia, simplesmente queremos organizar Deputados desta Casa que tenham independência com referência ao poder que se instalou no Paraná para que nós possamos através de Mensagens, de projetos de lei e aqui dentro desse Plenário discutir as matérias que são afetas a esse Poder.

E dizer mais, que a partir de hoje ou a partir de amanhã nós estaremos aqui usando desta tribuna para colocar os Srs. Parlamentares também que sustentam o Governo do Paraná a nível político, colocando para eles o nosso ponto de vista e acima de tudo levando a debate, a discussão, aquilo que nós achamos interessante, para que não aconteça o que aconteceu aqui por algumas vezes de Parlamentares votarem Mensagens sem as conhecer.

Nós queremos que o Líder do PMDB, que o Líder de outros partidos que hoje estão dando sustentação ao Governo se conscientizem de que a Bancada Independente quer a discussão e que todos os Parlamentares votem com consciência, e acima de tudo com coerência.

A Bancada Independente não se coloca como uma bancada de oposição sistemática, é uma bancada que quer contribuir para com o progresso do Estado do Paraná. Demonstramos por muitas vezes que este Deputado que compõe a bancada Independente foi coerente e votou em Mensagens do Governo e o PT também votou. Então, o que nos interessa é a organização, é o debate, e acima de tudo mostrar ao povo do Paraná que aqui tem Deputados que querem a discussão, que querem o debate e que querem mostrar ser-

viço.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) Com a palavra, o Deputado Cleiton Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados.

05 de junho de 1991, "Dia Mundial do Meio Ambiente". Como Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente dessa Assembleia não poderia deixar de fazer uma ressalva a esse Dia, trazendo até um agradecimento a esses Deputados que na tarde de ontem aprovaram um projeto de nossa autoria, o qual com certeza terá emendas.

(Lê): "SÚMULA: Autoriza às Prefeituras Municipais a instalarem, em 90 dias a Comissão Municipal de Meio Ambiente.

Artigo 1º - Ficam autorizadas as Prefeituras Municipais, a no prazo máximo de 90 dias, instalarem a Comissão Municipal de Meio Ambiente. Sendo que esses Conselhos serão convocados pelo Prefeito Municipal sem remuneração de honorários.

Artigo 2º - A Comissão municipal de Meio Ambiente deverá ser composta da seguinte maneira:

- a) Prefeito e Vice-Prefeito;
- b) Secretários Municipais ou Chefes de Divisão;
- c) Um representante da Associação Comercial;
- d) Um representante do Setor Educacional;
- e) Um representante do Corpo Eclesiástico;
- f) Um representante do Setor de Saúde;
- g) Um representante do Setor de Esportes;
- h) Um representante do Setor de Agricultura;
- i) Um representante da Comissão de Solos;
- j) Um técnico da EMATER;
- l) Cinco representantes de Entidades de Meio Ambiente local ou da comunidade em geral.

Artigo 3º - A Comissão reunir-se-á em sessão conjunta com a Câmara de Vereadores uma vez a cada mês, sendo certo que esta, fará parte da Comissão.

Artigo 4º - A Comissão enviará trimestralmente, relatórios de suas atividades, à Secretaria Especial de Meio Ambiente.

Artigo 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 04.06.91.

(a) CLEITON KIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

Com a atual situação de mundo moderno, em que todos estão se voltando para a preservação do meio ambiente, fator precípuo para a sobrevivência da humanidade, nota-

-se também no Brasil, notadamente no nosso Paraná, uma preocupação sempre crescente neste sentido, sendo tal tema, inclusive, uma das prioridades governamentais do momento.

Tal lei reveste-se de fundamental importância eis que visa dar condições às Prefeituras de nosso estado, de colaborar com a preservação ambiental e com a melhoria de vida da população, concedendo-lhe poder de investigação e fiscalização em contato estreito com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado e com os demais órgãos que coordenam a normatização da área ambiental e execução da medida a ela pertinentes.

Tal comissão prestaria informações a nível escolar aos alunos da rede municipal, preparando os jovens a respeitarem e preservarem o meio ambiente, fator de integração nacional.

Por estes e outros motivos, é que propomos a presente Lei, esperando contar com o devido apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis."

Além deste projeto, além do "Dia Mundial do Meio Ambiente", esperamos a presença de Tadeu França e Vitório Sorotiuk, onde farão a ressalva da importância de tais secretarias e da importância da movimentação geral do Estado e do País em cima da preservação do Meio Ambiente.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Werwing) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Inicialmente, eu gostaria que fosse dado como lido o depoimento da Liderança do PDT em defesa da vida e em defesa do Meio Ambiente.

(Lê): "EM DEFESA DA VIDA

I - A Proteção dos Ricos

Não parecia possível que após os genocídios de Hiroxima e Nagasaki, nós nos acostumássemos com a ameaça nuclear. Que nós nos habituássemos na subordinação e no medo.

O crime, depois de justificado pela ética do dominador, entre tantos outros crimes na guerra, foi esquecido pelo mundo. E as experiências nucleares se foram ampliando do Álamo a Biquini, do Kasaquistão a Mururoa.

Os mares são navegados por veículos de guerra movidos a energia nuclear: áreas armazenam bombas mais poderosas do que muitas Hiroximas e pelos céus, foguetes e aviões carregam a morte nuclear.

Centenas de usinas distribuem força e luz e têm a morte aprisionada em seu ven-

tre. Podem gerar catástrofes como Three Island Miles, nos Estados Unidos, ou Chernobyl, na União Soviética.

O mundo se acostumou a dormir ao lado do cogumelo solar, como se fosse inevitável e absolutamente necessário. Bastaram algumas lavagens cerebrais e boas causas para vivermos à beira do desastre final.

A poesia se confunde entre o átomo quebrado e a poeira das estrelas. E a guerra pode vir de lá, em forma de fogo.

Não param aí os crimes contra a natureza e a espécie humana; perpetrados ou ameaçados pelos países ricos e suas manifestações de poder e controle da economia e da vida. Ainda projetam poluentes industriais, de combustíveis fósseis, de clorofluorcarbono comprometendo a qualidade do ar e da água, destruindo a camada de ozônio que nos protege;

Verdade seja dita e repetida até a exaustão: os países mais ricos assumiram o direito de liderar a destruição da natureza, mas querem nos salvar de nossa barbárie, de nossa incivilidade, de nosso capitalismo predador.

Mas, lá e cá muitos fados há. E os homens conscientes dos países desenvolvidos e os homens conscientes dos Países em desenvolvimento se reúnem para tentar salvar os ecossistemas que permanecem, a fauna e a flora remanescentes, a natureza ainda nos protege e com a qual fazemos trocas vitais.

A economia super dimensionada, em escala planetária, estimula e provoca o consumo superando ideologias e fronteiras, mas expande e intensifica o consumo e o controle domina, submetendo e domesticando o consumidor.

Como também controla a sociedade e suas instituições públicas. Estados Unidos, Japão, Alemanha, União Soviética, França e Inglaterra e outros do primeiro mundo concorrem mais do que os Países pobres para a deterioração ambiental; para o envenenamento da atmosfera e dos mares.

## II - A Consciência dos Pobres.

Aqui a consciência ecológica nasceu tarde, nos intelectuais e na classe média trabalhadora nos estudantes e nos jovens, antes de atingir a maioria ativa da sociedade. Espalhou-se vinculada à resistência contra o capitalismo predatório, contra o núbio do capital espoliativo e os grupos políticos.

A exploração intensiva e irracional desembestada pelo autoritarismo, pela acumulação capitalista livre de peias, fez com que o poder discricionário se juntasse à idéia também de abusos contra a natureza e contra o meio ambiente. A queda do regime autoritário fez crescer a campanha de esclarecimento ecológico, de regulamentação do uso do solo, do subsolo, das águas

Curitiba, quarta, em 05.06.91

e do ar: fez desabrochar a idéia de proteção às florestas, às plantas e animais.

E nós tínhamos o direito de pleitear essa proteção à natureza, ao entorno do homem, de seu trabalho e de sua morada.

E foi assim que, para surpresa da maioria dos Países, fomos capazes de criar na constituição um esboço democrático, progressista, e arrojado de proteção ambiental e de relações sérias e responsáveis do homem com a natureza. Infelizmente, os conservadores e reacionários ao progresso estão impedindo, com a conivência com a maioria dos partidos e das lideranças políticas, a transformação do projeto constitucional em realidade que saia do papel para ser vida.

Aqui no Paraná forçoso a reconhecer, nos últimos sete anos, de modo especial, se vai firmando uma atitude oficial a respeito do solo, do manejo e conservação do solo, que nos pode conduzir à afirmação de padrões agrícolas e ambientais, modernos e satisfatórios.

Porém, seria injusto, esquecer que aqui mesmo na Região Metropolitana, liderada por Curitiba se realizam importantes experiências em defesa do meio ambiente. E, muito mais do que isso se promove o esclarecimento e a educação ambiental.

É muito pouco o que temos no País, é pouco o que temos no Paraná, embora promissor. Curitiba desperta esperança de que encontraremos o caminho certo.

Sem abandonar a vigilância ecológica, participemos dos programas ambientalistas, das decisões e dos resultados. Com a convicção de que a ecologia e a defesa ambiental são sinais de civilização, que se projetam da cidadania e transformam a sociedade inteira.

Nossa homenagem aos soldados da causa ambiental, com oferta de que nosso partido saberá participar da luta democrática e nós faremos a nossa parte."

(Término do depoimento considerado como lido).

Ao mesmo tempo, venho à tribuna para dizer que hoje pela manhã a Prefeitura Municipal de Curitiba, mais uma vez pioneira, mais uma vez provando ser o grande laboratório das grandes idéias, inaugurou a Universidade Livre do Meio Ambiente e essa Universidade foi instalada hoje pela manhã no Bosque Gutierrez, bosque que leva a homenagem ao ambientalista Chico Mendes, no bairro do Bom Retiro. A Universidade Livre do Meio Ambiente pode ser definida como uma entidade educacional destinada a formar ou especializar profissionais ou pessoas afins aos problemas ambientais, contudo, esta formação não deverá estar baseada na pesquisa científica pura; o conhecimento transmitido estará relacionado às experiências adquiridas com os progra-

mas desenvolvidos em Curitiba, com o urbanismo, estrutura viária, paisagismo, zoneamento, gerenciamento de resíduos sólidos humanos, isto é, será a base para a transmissão da informação ou o aprender fazendo característica desta cidade.

A idéia de criar a Universidade Livre do Meio Ambiente, resultou da necessidade de formar no cidadão uma consciência voltada a conservação e a preservação ambiental visando a melhoria de qualidade de vida de todos os curitibanos.

Por outro lado, através da sua criação pretende-se direcionar as atividades de pesquisa, visando amplo conhecimento do meio e/ou a busca de soluções alternativas para o controle ambiental, orientando a gestão para pesquisa e vice-versa.

A Universidade Livre do Meio Ambiente vem de encontro as aspirações dos mais diversos segmentos da sociedade curitibana que através de esforço desenvolvido isoladamente buscam um veículo capaz de difundir as ações que traduzem a exigência de uma cidade auto sustentável e Curitiba, nesta questão do meio ambiente, tem dado realmente um grande avanço.

A criação e o lançamento do projeto "lixo que não é lixo". A implantação do projeto que dá uma seqüência muito grande às camadas mais pobres da cidade, as periferias, as favelas onde se torna difícil a entrada do caminhão coletor de lixo, ali se instalou e se criou o projeto a compra do lixo que faz com que os moradores através da associação dos moradores, eles recebem uma quantidade de sacos plásticos, onde arrecadam o lixo na favela. Este saco é levado a uma caçamba colocada nas proximidades da associação dos moradores e ali este saco de lixo é trocado pelo vale transporte. Além do morador ganhar a passagem, o vale transporte, ainda a associação ganha também uma percentagem que vai para caixa dessa associação.

É a maneira de fazer com que a comunidade participe deste projeto, além de outros projetos todos direcionados a questão do meio ambiente.

Então hoje a Prefeitura Municipal de Curitiba inaugurou esta Universidade, que temos certeza será mais um avanço, será mais um passo gigantesco na luta de todos nós brasileiros, no sentido de salvar ainda o nosso meio ambiente.

Mas Senhor Presidente, Senhores Deputados eu venho a tribuna ainda para trazer como idéia e para que este Plenário também procure discutir esta idéia, se ela será interessante ou não, que é a descentralização do Poder Legislativo.

Eu explico: Quando candidato a Vereador, eu propunha que a Prefeitura teria que ser descentralizada, teria que ser espalhada para os bairros e a idéia era se

fazer as sub-Prefeituras, no entanto o Prefeito Maurício Fruet, quando eu ainda Deputado criava as freguesias que não deixavam de ser uma Prefeitura com posto avançado na periferia.

Quando Vereador, eu pretendia também levar a Câmara em sessões aos bairros. Infelizmente, a minha idéia não encontrou o respaldo suficiente e não foi possível levar avante este processo.

Quando assumi a Prefeitura pela primeira vez, a minha primeira medida tomada foi ir aos bairros dar as audiências públicas nas regionais hoje existentes pela Prefeitura e ali o Prefeito conversava com a população, recebia as reivindicações e procurava agilizá-las o mais depressa possível.

Agora nós estamos com esta idéia, por quê? Porque estamos até certo ponto até plageando a Câmara Municipal de Curitiba, que em consequência de reforma em seu prédio ela está indo para os bairros em sessões normais, a cada dia num bairro da cidade e isto faz com que o munícipe fique mais próximo do político, entenda como funciona a Câmara de Vereadores, possa conversar com os Vereadores e possa até questionar e acima de tudo fiscalizar a atuação de cada um.

Hoje eu dou entrada na Casa do Projeto de Resolução que prevê a descentralização das atividades da Assembléia Legislativa e que dá outras providências.

(Lido no expediente).

Não apenas o Legislativo, mas também os outros Poderes e todas as instituições estão em crise: a Igreja, a Justiça, a Política, a Imprensa, todos estão em crise.

O que se descobre então é que é preciso resolver e discutir esses objetivos que nortearam a criação dessas instituições considerando os caminhos a serem percorridos para recuperar suas funções latentes.

O Executivo, atualmente, realiza expediente nas cidades do interior, aproximando as ações administrativas e o trato público à realidade com a população.

O Ministério Público encastelado que sempre foi e era difícil o povo chegar próximo a um juiz, um promotor, a um desembargador.

Hoje, numa medida extraordinária do Dr. Luiz Chemin Guimarães, o Ministério Público realiza sessões da Promotoria nos bairros de Curitiba e da Região Metropolitana e vai se estender já ao interior do Estado também, numa demonstração de preocupação de garantir meios de acesso à população, quanto à Justiça. A Câmara Municipal tomou a decisão histórica de realizar as suas sessões nos bairros, onde encontrou uma população preocupadíssima com os problemas da sua comunidade e de toda a cidade.

A Universidade Federal do Paraná desenvolve inúmeros programas sociais junto à população carente, oferecendo a chamada contrapartida social pela manutenção das instituições de ensino superior, o Senhor Magnífico Reitor dá audiências públicas na Universidade. Perguntamos: pode o Legislativo fechar os seus olhos a essa realidade? É o que eu quero questionar com os Senhores Deputados para que analisem este nosso Projeto que tenho certeza, não será o projeto do Deputado Algaci Túlio, mas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná num todo.

Vai adotar como consolo a cena bíblica da esposa de Lot, se transformando numa estátua de sal, enquanto, saudosa olhava para traz? Que se aprove este projeto, levando a Assembléia Legislativa onde o povo está, lá na sua microrregião, lá onde os prefeitos querem discutir com os Deputados, não só com seus representantes locais, mas com toda a Assembléia e até nós, parlamentares, poderemos conhecer melhor o nosso Paraná, porque geralmente o político fica quase sempre na sua base e desconhece o restante do Paraná.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - A partir deste momento, o Deputado está falando no Horário da Liderança.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço à Liderança do PDT, na pessoa do Deputado Geraldo Cartário e do Deputado Corazza que iria, inclusive fazer uso do horário da Liderança e me permitiu que pudesse trazer, com um pouco mais de tempo, essa idéia e até aproveitar para que, nos apartes, Vossas Excelências questionem e possam nos ajudar a melhorar este Projeto, porque eu acho que é de vital importância nós irmos ao encontro da população.

O Sr. Albino Corazza- Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - Na seqüência. Quero só completar aqui e darei o aparte ao Deputado Corazza e na seqüência, ao Deputado José Tavares.

Então, que se aprove esse projeto, levando a Assembléia Legislativa onde o povo está, onde se vive a complexa problemática da população e de onde, certamente, sairão as melhores alternativas para a solução desses problemas.

O projeto de Resolução é uma proposta arrojada até, em direção ao que é moderno às expectativas da nossa população e abre uma transparência inigualável da ação do Poder Legislativo.

Concedo aparte ao Deputado Albino Corazza.

O Sr. Albino Corazza - Nobre Deputado Algaci Túlio. Quero em primeiro lugar cumprimentá-lo neste "Dia Mundial do Meio Ambiente", usando a tribuna, destacando o trabalho que a Prefeitura, a administração de Curitiba desenvolve nessa área, com projetos criativos e inovadores, lançando hoje, a Universidade Livre, do Meio Ambiente e tivemos oportunidade também de hoje pela manhã, assistir no Palácio Iguaçu a cerimônia, destacando esse dia, com lançamento de programas e projetos que virão a esta Casa, em benefício do meio ambiente do Paraná.

Quero também resgatar que no dia de amanhã, nós teremos em Toledo, um Seminário, nessa semana do Meio Ambiente, sobre o lixo tóxico que é um grave problema das áreas agrícolas, onde o vasilhame dos produtos agrotóxicos não encontram um destino fiel e estão trazendo seriíssimos problemas e quero cumprimentá-lo e felicitá-lo, dando efusivos parabéns, por essa brilhante iniciativa desse projeto da descentralização do Poder Legislativo. Sempre que se fala em descentralização se entende que é o Poder Executivo que tem que descentralizar e as experiências já comprovadas nesta Paraná e neste Brasil são as mais positivas.

A Administração Pública descentralizada encontra soluções alternativas mais baratas. A própria população apresenta soluções a problemas que se arrastam, às vezes, por anos e o Poder Público não encontra solução. E quanto a este seu Projeto, tenho certeza, deverá ter um debate amplo e ter, inclusive, emendas para aperfeiçoá-lo. E o Poder Legislativo do Paraná será valorizado e irá ao encontro da nova postura política que a população do Paraná e do Brasil esperam de seus governantes e dos seus representantes.

Parabéns!

Conte com o meu apoio. Tenho certeza de que a Assembléia Legislativa do Paraná será valorizada após a votação e a aprovação do seu Projeto.

Muito obrigado!

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Albino Corazza.

Eu pergunto: será que Paranaguá não gostaria de receber durante dois dias os Deputados debatendo o problema do Porto de Paranaguá? O problema da BR-101, deve-se abrir ou não? A situação de Guaraqueçaba, Ilha do Mel ... Que solução se dar à Ilha das Cobras?

Londrina, Deputado Tavares - e Vossa Excelência tem um aparte - será que não gostaria de receber os Parlamentares para discutir os problemas de Londrina e microrregião?

Tem o aparte Vossa Excelência.



O Sr. José Tavares - Deputado Algaci Túlio, ao cumprimentar Vossa Excelência pelo pronunciamento que faz e pela idéia que lança, eu, no que pude acompanhar o seu pronunciamento, gostaria de saber de Vossa Excelência se o seu Projeto prevê a questão das despesas com esta descentralização do Legislativo com suas viagens ao interior, com suas reuniões descentralizadas. Isto correria por conta do Poder Legislativo ou seria por conta de cada Deputado isoladamente?

O SR. ALGACI TÚLIO - Deputado Tavares, na verdade o Projeto de Resolução caberá à Mesa Executiva analisá-lo e aperfeiçoá-lo, juntamente com a participação dos Senhores Parlamentares. Na verdade ele não prevê quem é que vai pagar as despesas.

Mas, Deputados, tenho a impressão de que os Prefeitos das microrregiões têm interesse em que os Parlamentares estejam lá nas suas regiões discutindo os problemas. E, certamente, eles poderão custear, por exemplo, a despesa de hospedagem, a despesa de viagem com dois ônibus. Assim, chegaremos a qualquer parte do Paraná. Ou com o custo da própria Assembléia.

Eu acho que tem que partir por aí! Como eu disse no começo, é a idéia que trago para que o Parlamento debata. Vamos achar agora na idéia de cada um o aperfeiçoamento deste Projeto de Resolução.

O Sr. José Tavares - Uma outra preocupação, Deputado, a título de esclarecimento, não só deste Deputado mas creio de todo o Plenário, pois não tivemos oportunidade de conhecer o seu Projeto já que Vossa Excelência o encaminha nesta oportunidade, é para saber se este deslocamento seria uma vez por mês, como seria feita a definição de microrregiões em que o Parlamento se reuniria, se os trabalhos seriam trabalhos ordinários ou se nestas oportunidades teria uma sessão especial para se discutir questões específicas da região? ... Eu faço estes questionamentos para que eu possa, a partir de agora, formar juízo sobre estas questões.

Sempre defendi a descentralização de tudo.

Eu acho que o centralismo é o maior inimigo do setor público. Mas, me preocupa também com o descentralismo generalizado. Tenho aqui medo do descentralismo, da descentralização demagógica, populista. Sou um homem que tem pavor de demagogia e de populismo, porque o que fez o político se desmoralizar, além dos desvios para a corrupção, não de maneira generalizada porque na classe política tem muita gente séria, e isto tenho dito por onde ando. Acho o Legislativo um dos mais sérios dos Poderes. Mas tenho muito medo de que ao lado

do desgaste a que a classe política está submetida em razão de desvios, como disse, de determinados políticos que não representam com grandeza a nossa classe está também a demagogia e o populismo. E isto às vezes é comum tanto na direita como na esquerda.

Então, uma proposta como esta que me parece a primeira vista, uma proposta altamente interessante, que é Legislativo e até o eleitor, o povo, que em última análise é o nosso patrão. Eu sempre defendi isso, inclusive na Justiça, quando Deputado em Brasília, lutei muito para descentralizar a Justiça Federal e a de Londrina e a de Foz do Iguaçu, foi instalada e foi criada graças a um trabalho nosso de muita persistência, porque a Justiça, como o legislativo, tem que estar efetivamente próximo do povo e não distante, mas eu me preocupo, de repente, que uma propositura como esta, já que muito do que se faz aqui nesta Casa, é encarado muitas vezes, como populismo ou como demagogia. Mas de resto eu cumprimento Vossa Excelência, eu o conheço ao longo dos anos, sei que é um profissional sério, não de hoje que nós nos conhecemos, mas eu não poderia para formar melhor o meu juízo, deixar de fazer esse questionamento nessa hora.

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu recebo, evidentemente, com muito respeito pela nossa amizade e pelo nosso conhecimento e por aquilo que representou o Deputado Tavares, como homem muito ligado a segurança.

Agora, Deputado Tavares, eu acho que nós homens honestos, cumpridores de nossas obrigações, não devemos ter medo, porque se tivermos medo, vamos ficar aqui encastelados o resto da vida. Eu acho que temos que correr todo esse tipo de risco, como a Câmara está correndo nos bairros; ontem eu acompanhei a Sessão da Câmara em Santa Felicidade, daqui a pouco às 4 horas, no bairro do Portão. O povo recebe com a maior satisfação, o povo participa, não o aproveitamento do oportunismo, com a demagogia, porque evidentemente todo o político deve saber como deve se comportar.

A questão que me perguntou Vossa Excelência, com relação a ...

O Sr. José Tavares - Eu devo ter inicialmente perguntado, com relação a custos, a despesas, depois, se teria uma definição...

O SR. ALGACI TÚLIO - A Mesa, como é um Projeto de Resolução, vai ter que elaborar todo o cronograma, onde é que vai começar, se vai começar na primeira, segunda, terceira, quarta microrregião, que dará possibilidade para que os Prefeitos

dessas microrregiões, se preparem e já preparem assuntos importantes para serem debatidos nessas sessões.

Então, acho que eu trouxe a idéia, junto com a Deputada Emília Belinati; nós já tínhamos discutido essa questão, as nossas idéias exatamente se coincidiram, eu acho que agora é uma questão de a gente discutir, Projeto de Resolução, a Mesa terá que evidentemente procurar regulamentar com a idéia de cada um de nós.

O importante é não termos medo, é termos coragem de avançar e de modernizar o Legislativo. E, talvez até de sermos também o primeiro Estado do País, a levar a Assembléia para fora deste Parlamento, fazer com que chegue mais próximo da população.

Eu acho que de qualquer maneira está aí, para ser discutido. Só para complementar eu quero registrar a presença da Maria Cândida Kolosiuk e da Vanessa Cristina Sotto Maior, são alunos do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras TUIUTI, que estão aqui na Assembléia já há dois dias, realizando um trabalho para disciplina de estudo de problemas brasileiros, sobre a Coordenação do Professor Oraci Bonfim, sobre a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Dobrandino da Silva.

(Declina).

PT com a palavra, Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No Brasil temos um território de mais de 400 milhões de hectares de terras agricultáveis. A população rural, em 1970 era de 53%. Hoje, menos de 20%, em torno de 20 a 23% da população brasileira está no campo. O número de famílias sem terra aproxima-se de 5 milhões, com um total de mais de 12 milhões de pessoas.

A luta pela terra iniciou-se, no Brasil, mais especificamente em 1979, com a abertura democrática do nosso País. E em 1984, com a pressão da sociedade o Governo do então Presidente Sarney, elaborou o Plano Nacional de Reforma Agrária, com meta de assentar 1 milhão e cem mil famílias, no período de quatro anos.

No Rio Grande do Sul a meta era de assentar 150 mil famílias. No Paraná, a promessa também se equivaleria. No Rio Grande do Sul, 150 mil famílias sem terra, com mais de dois milhões de hectares produzidos menos de meia vaca por hectare de terra, naquele Estado.

Nesse processo de abertura, de de-

Curitiba, quarta, em 05.06.91

mocratização do nosso País, de luta pela reforma agrária, se cria o "Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra".

E retoma-se a luta pela reforma agrária como um meio de garantir a sobrevivência de milhares de famílias e de pessoas do nosso Estado.

Neste processo, em torno de 850 famílias acampadas no Município de Bagé, no Rio Grande do Sul, negociam o assentamento em áreas improdutivas, no Rio Grande do Sul. Estas famílias, após longa negociação e espera, ocupam em setembro de 1989, uma fazenda improdutiva, no Município de Cruz Alta. São despejadas pela Brigada Militar. Em junho de 1990, realizam uma nova ocupação, para pressionar a desapropriação da área. São despejadas, novamente. Em 1990, ainda, realizam uma caminhada pela fome de um município do Rio Grande até a Capital, Porto Alegre, onde realizam esta passeata para pressionar o Governo do Estado do Rio Grande e o Governo Federal, para cumprirem uma promessa de desapropriação de mil hectares de terra para assentamento destas famílias, já despejadas por duas vezes.

Nesta passeata pela fome, sessenta agricultores são barrados numa estrada por um batalhão da Brigada Militar, onde são obrigados a deitar no asfalto, sendo atirado sobre eles rajadas de tiros, sendo atingido um trabalhador na cabeça, tendo ficado paralítico até os dias de hoje.

A luta pela terra continua. Estas 850 famílias continuam às margens da sociedade. No dia 8 de agosto de 1990, um grupo de 600 agricultores sem terra chegam até a Praça da Matriz, em Porto Alegre, para pressionar o Governo do Estado e o Governo Federal no cumprimento da promessa já obtida em outras oportunidades.

O acampamento na Praça da Matriz, de Porto Alegre, tinha por objetivo uma audiência com o então Governador, Sinval Guazeli, para discutir o problema das 800 famílias de agricultores. As barracas são erguidas na Praça e os agricultores gritam e cantam pedindo o pedaço de chão prometido para o sustento de suas famílias, visto que a miséria e a fome assolam o acampamento em questão.

As emissoras transmitem para o Rio Grande e o Brasil inteiro que o acampamento da praça era pacífico, como na verdade era.

Neste exato momento, 500 homens da Brigada Militar chegam à Praça, armados para uma batalha de carnificina. Cassetes, fuzis, revólveres, bombas de gás lacrimogênio, metralhadoras, cães, um verdadeiro aparato para uma batalha de guerra estava armado na Praça, em Porto Alegre.

Enquanto isso, os colonos entoam os seus cantos e uma comissão vai até o Palácio Piratini para falar com o Governador e

manter a audiência, assim conversada anteriormente.

O comandante do Batalhão da Brigada Militar assiste a tudo de uma sacada do Palácio Piratini. As negociações se desenvolvem dentro do Palácio, com uma comissão composta por agricultores sem terra, pelo Secretário de Segurança do Rio Grande do Sul, pelo Secretário da Agricultura, pelo Deputado Federal Tarso Genro, por Deputados Estaduais e Vereadores do Rio Grande do Sul.

A Comissão transmite ao Governo que após ser concluída a negociação os agricultores saem da praça. O Deputado Ernani Muller do PMDB do Rio Grande do Sul pede ao Comandante do Batalhão para que não ordene a batalha na praça e este lhe diz que fará isso em 5 minutos. A Comissão continua negociando no Palácio quando a ordem do ataque surge e aí se estabelece na Praça da Matriz em Porto Alegre o palco da violência jamais visto em nosso País, mesmo nos tempos da ditadura militar. Tanto foram atingidos os colonos, como populares, jornalistas, parlamentares e assim por diante.

Nesta batalha de guerra morre o soldado da polícia militar Valdecir de Abreu Lopes e ficam feridos por bala dois agricultores e assim o local desse infortúnio por desgraça tem o nome de "A esquina Democrática" localizada na Avenida Borges de Medeiros com a Rua dos Andradas.

Começam a chegar nos hospitais colonos e soldados feridos, inclusive o morto. Nesse desenrolar 4 agricultores não presos Otávio Amaral, José Carlos Kovaski, Idone Bento e Augusto Moreira.

Descumprindo o artigo 226 e 228 do Código de Processo Penal ouviram individualmente as testemunhas, foi contraditória a forma como foram ouvidas as testemunhas e preparado o processo que se encontra na justiça até hoje.

Esta prisão não se deu por motivo específico da morte, mas por motivos políticos. E hoje estes agricultores são 4 presos políticos que se encontram em nosso País. Os únicos, não por participarem da batalha na Praça da Matriz, mas por serem pertencentes a um movimento de trabalhadores rurais que lutam pela reforma agrária em nosso País. Estes 4 trabalhadores rurais estão incomunicáveis há 9 meses, sendo descumprida a própria Constituição Federal no seu artigo 5º não sendo permitido visitas de autoridades de qualquer forma, nem mesmo do cardeal arcebispo de Porto Alegre, nem de seus familiares.

Esse processo vem se arrastando como um processo político. E os presos políticos ainda estão em nosso País, em Porto Alegre, presos como prova de sua inocência na participação.

A Constituição diz que nenhum preso, principalmente réu primário, deverá e poderá ser preso sem comprovação da sua participação no crime o que é o caso porque os 4 agricultores não participaram no momento, sendo que um deles estava já no hospital uma hora antes da morte do soldado da polícia militar.

Nesse sentido, para que presos políticos não permaneçam em nosso País, temos aqui uma proposta e um pedido de justiça do Rio Grande do Sul, de um abaixo assinado para os Senhores Deputados, para ser enviado aos políticos e à justiça do Rio Grande do Sul com mais de 200 assinaturas de Deputados Federais para que se faça realmente a condenação dos presos, depois do julgamento porque os mesmos estão presos indevidamente sem comprovação. Não se quer a impunidade dos culpados pelo crime, mas que se cumpra a lei e a Constituição de que se determine a prisão e a penalidade após a sua culpabilidade feita pela Justiça.

Nesse sentido solicitamos aos Senhores Deputados que se somem aos mais de 200 Deputados Federais nesse abaixo assinado para que se possa enviar às autoridades e à Justiça do Rio Grande do Sul para que julgue cumprindo a Constituição Federal e com imparcialidade esse fato de presos políticos no Rio Grande do Sul, que é um fato lamentável nesta época de democracia em nosso País. Era isso Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - PL com a palavra.

Declina.

PSB com a palavra.

Declina.

PFL com a palavra.

Declina.

PRN com a palavra.

Deputado Nelson Justus com a palavra.

O SR. NELSON JUSTUS - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu ocupo a tribuna neste instante para tecer alguns comentários a respeito de dois assuntos que eu acho de extrema importância e que devem ser mencionados neste Plenário.

Todavia, eu peço licença neste instante para antes de entrar necessariamente no assunto, voltar um pouco a um passado não tão distante, quando ainda o Governador, o ex-Governador Álvaro Dias, de certa maneira tratava os assuntos relacionados ao Banco Del Paraná.

É evidente, e principalmente aqueles Deputados que aqui estão pela segunda legislatura se lembram bem de como, ou de que maneira pejorativa foi tratado o Banco Del Paraná pelo Governo passado, até o mo-

mento em que tentou-se efetuar a venda do braço do Banco do Estado do Paraná no País vizinho para um Banco particular de nosso Estado.

A partir deste momento em que este banco demonstrou efetivo interesse na compra do Banco Del Paraná, o Governador então na época recuou, repensou, e atendeu aos insistentes apelos dos seus assessores de que Banco não se vende, de que banco não se liquida, de que Banco se administra, se enxuga e faz com que ele dê resultados.

Ora, é com muita satisfação que nós sabemos hoje que o Banco Del Paraná traz não só divisas, como bons resultados para o Banco do Estado do Paraná e para o nosso Estado como um todo. Por isso, Senhores Deputados, que eu quero dizer que errar é humano, permanecer no erro é diabólico.

Em nossos pronunciamentos anteriores, no que se referia à transferência do FDE do BADEP para o Banestado não foi sem insistência que nós afirmamos que o Paraná não contaria com recursos do BNDES enquanto perdurasse sem solução o quadro de extinção do BADEP.

A Mensagem do ex-Governador Álvaro Dias, apoiada pelo atual Governo Requião venceu, venceu por uma minoria de votos, mas venceu.

Senhores Deputados, nós perdemos, o Paraná perdeu, sem dúvida a Mensagem nociva do ex-Governador Álvaro Dias foi ratificada pelo atual Governo sem a avaliação técnica de suas conseqüências e a maioria dos nossos pares, por lealdade partidária, muito mais por lealdade partidária, do que por convicção, votou a favor da mensagem.

Não propugno aqui pela extinção da lealdade. Ao contrário. Mas alerta também que leais foram os iraquianos que, numa luta fratricida, levados por um líder meglomaniaco, trouxeram a miséria e a desonra para o povo. Leais foram também os nazistas, os fascistas que espalharam terror, fome e morte há poucas décadas.

Senhores Deputados, a lealdade tem o limite da consciência. A lealdade deve, em primeiro lugar, o seu voto à verdade. Seria infantil, ingênua e até presunçosa a idéia de que poderia apenas haver uma negociação política para liberação de recursos do BNDS quando é sabido, e foi dito e repetido aqui nesta Casa, que a Resolução n° 728 proíbe estas aplicações em Estados onde existam instituições inadimplentes.

Em meus pronunciamentos anteriores fui insistente em dizer que não estávamos aqui para medir forças entre a Situação e Oposição.

Mas, estamos sim, para oferecer a este Governo um caminho, acender as luzes, para que o mesmo possa enxergar, com olhos paranaenses, os interesses do nosso Estado e

do nosso povo.

Agora, segundo a "Folha de Londrina" do dia 04 do corrente, o Presidente do BANESTADO e o Secretário da Fazenda do Estado propõem a transformação de liquidação extra-judicial para liquidação ordinária do BADEP, sem que isto tenha sido até de conhecimento desta Casa.

Desejo repetir, Senhores Deputados "errar é humano, permanecer no erro é diabólico".

Alertamos, até com insistência, que a mensagem perniciosa do ex-Governador Álvaro Dias, apoiada pelo atual Governo - não só apoiada, mas até trabalhada nos momentos de votação, poderia trazer prejuízos irreparáveis ao nosso Estado.

Foi alertado também que o BANESTADO, por força desta liquidação, teria um prejuízo da ordem de 10 bilhões de cruzeiros, arrastando ao prejuízo 49% dos seus acionistas particulares, numa atitude do mais profundo desrespeito aos cidadãos paranaenses. E tão somente pela intempestiva vontade do ex-Governador Álvaro Dias, com o consentimento e o apoio do atual Governador.

Aí está o resultado, Senhores Deputados. O Banco Central, o BNDS, negam o empréstimo e não põem dinheiro novo em instituições financeiras do Estado. Há nove meses o BNDS não aporta recursos aqui no Estado. Nove meses!

"Empunhar a Bandeira", excelente "slogan" deste Governo. "Slogan" espalhado aos quatro ventos de nosso Estado. Empunhar a bandeira, Senhores Deputados, é zelar pelos interesses legítimos do Paraná e de sua gente.

Hoje o homem não acredita mais em discursos, em "slogans" maravilhosos, quando estes não vêm acompanhados do real testemunho do seu trabalho e produtividade.

Não viemos a esta Casa pelo voto de cada cidadão para sermos Deputados bonzinhos, simpáticos, ou submissos. Viemos sim para empunhar a bandeira do Estado.

Se é este o nosso lema, vamos honrá-lo. E se alguma coisa tiver que ficar roxa, como bem disse a "Folha de Londrina" que fique a nossa fisionomia, roxa de raiva e de vergonha caso tenhamos atitudes semelhantes àquelas quando se votou a transferência do FDE e conseqüentemente acelerando a extinção do BADEP.

Faço esse registro nesta oportunidade porque muito em breve nós também vamos ter que votar aqui assuntos de real importância, principalmente aos movimentos municipalistas no caso das ALDOS, e é nome disso, em cima desse ponto que eu peço desde já a reflexão, o estudo, a análise independente para que aí sim nós não tenhamos que ficar novamente roxos de vergonha!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PSDB com a palavra.  
Declina.  
PMDB, com a palavra.  
Com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não era nossa intenção fazer uso do Horário da Liderança, mas tendo em vista o exíguo tempo que é destinado ao Horário das Lideranças não permitiu que o Deputado Nelson Justus nos concedesse um espaço para que pudéssemos oferecer um aparte ao seu pronunciamento.

Realmente nós queremos também lamentar a persistência no erro, não de comportamento, mas no erro de rumo do discurso colocado pelo Deputado Nelson Justus. Em nenhum momento, e essa Assembléia é testemunha disso, em nenhum momento votou-se nesta Assembléia a liquidação judicial ou extrajudicial do BADEP. O que pretendia a Mensagem de S. Exa. o ex-Governador Álvaro Dias era pura e tão somente a transferência à gestão do fundo de desenvolvimento econômico do Paraná, coisa que até hoje não está resolvida, dado que a Lei aprovada por esta Casa com poucos votos, é bem verdade, de diferença, mereceu veto parcial de S. Exa. o Governador Roberto Requião, encontra-se ainda pendente de solução.

Portanto, Deputado Nelson Justus, não podemos persistir no erro de proferirmos aqui um discurso tentando alegar que as dificuldades, que os erros, que o fim do BADEP estejam relacionados na mensagem de S. Exa. o Governador Álvaro Dias, e transferência defendida do FDE para o BANESTADO por S. Exa. o Governador Roberto Requião e aprovado por esta Casa, porque ainda hoje o FDE continua no BADEP, encontra-se em processo de liquidação extrajudicial decretado não por esta Assembléia, não pelo Governador Álvaro Dias, não pelo Governador Roberto Requião, mas pelo Banco Central, pode ser até que por recomendação do ex-Governador Álvaro Dias. Agora, o que nós temos ouvido nos últimos tempos, e nós estamos para receber informações brevemente de que aquilo que também se falava através das lideranças que defendiam o BADEP nem tudo era verdade acerca dos problemas vivenciados por aquele Banco. Hoje o próprio Governador com informações que obteve, constata que houve no passado um superdimensionamento de algumas dívidas, de algumas contas, como o Atala, como o CIC, para encobrir um rombo ainda maior que existia dentro do gerenciamento daquela instituição. Portanto eu entendo o seguinte: que se amanhã ou depois entender o Governador realmente o Governador Roberto

Requião, se esta for a recomendação do Banco Central, do Secretário das Finanças, do Presidente do Banestado, de que a liquidação extrajudicial não é mais o caminho, e que a Liquidação Ordinária venha ser o caminho, é evidente que isto só acontecerá após ser ouvida esta Casa de Leis, e aí sim poderão, quem sabe, ser os Senhores Parlamentares comparados com iraquianos fanáticos com nazistas lunáticos ou com pessoas que não sabem, realmente, porque vieram a esta Casa. Porque nós particularmente, e Vossa Excelência é testemunha disso, sempre fomos defensor do BADEP, mas de um BADEP arrojado, de um BADEP verdadeiro, de um BADEP que propiciasse como propiciou em alguns momentos o fomento ao desenvolvimento econômico e social deste Estado. Em nenhum momento iríamos ser a alavanca ou a espora de uma instituição financeira que estava acobertando, como aparece hoje, irregularidades que não eram por nós conhecidas ...

O Sr. Nelson Justus- Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ORLANDO PESSUTI - ... logo a seguir.

Em nenhum momento me arrependo de ter recomendado aos meus companheiros que votassem a favor da transferência do Fundo de Desenvolvimento Econômico do BADEP para o BANESTADO porque o BADEP se encontrava, como se encontra ainda hoje, sem condições de gerenciar inclusive as suas carteiras de desenvolvimento e muito menos teria condições de gerenciar este fundo que promove o desenvolvimento econômico do Paraná.

E veja bem, Senhor Deputado, que recursos do Paraná-Rural, estive ontem ainda reunido com o Secretário Osmar Dias, que provavelmente estará nesta Casa dentro de alguns instantes e a ele poderá ser questionado, que viriam do Banco Mundial a fundo perdido deixaram de vir em virtude da indefinição quanto à situação do BADEP e do próprio FDE. Não me arrependo em nenhum momento de ter tirado o FDE, de ter tentado porque até agora não tiramos, da gerência do BADEP que se encontrava e que se encontra e que, dificilmente, sairia de uma situação de dificuldade e transferir para uma instituição que está sendo muito bem conduzida pelo Dr. Heitor de Melo e Silva, que é uma instituição sólida, com seus problemas evidentemente, mas que é uma instituição nossa e que está, realmente, sendo conduzida dentro daquilo que nós pretendemos.

Eu lhe concedo um aparte com muita satisfação.

O Sr. Nelson Justus - Agradeço o aparte de Vossa Excelência que de certa forma,

conhecendo a sua opinião sobre o caso BADEP, corrobora com aquilo que nós pronunciamos aqui na tribuna.

Evidentemente que o BADEP, e é do conhecimento de todos que o BADEP vem tendo problemas de ordem administrativas há muitos anos e, em todos esses anos, o BADEP tem sido gerenciado pelo governo do Partido de Vossa Excelência. No entanto, não seria o caso do próprio Governo do PMDB, numa atitude arrojada, corajosa e de empresário, numa atitude moderna que se convocasse uma verdadeira auditoria independente para que se levantasse a viabilidade ou não da liquidação ou não do BADEP, para que aí, então, nós pudéssemos discutir o assunto com conhecimento de causa.

Quanto à transferência do fundo é evidente que a transferência ainda não foi concretizada, mas ela foi a pá de cal em cima da liquidação do BADEP. E bem disse Vossa Excelência que quem pediu a liquidação do BADEP foi o Banco Central, mas Vossa Excelência a bem da verdade, sabe muito bem que esta liquidação foi induzida pelo ex-Governador Álvaro Dias e não seríamos nós, neste momento que poderíamos ser responsáveis e nem responsabilizados pela extinção do BADEP, mas, sim, aqueles que: ou geriram mal o banco ou pediram a liquidação ao órgão maior, que seria o Banco Central.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

É justamente, Deputado Justus, o que nós não queremos que fique transparecendo nesta Casa, porque a tônica do seu pronunciamento nos deu a entender, e acredito à maioria dos Deputados, porque fomos comparados a iraquianos fanáticos e nazistas lunáticos quando na realidade esta Casa, em nenhum momento, esteve envolvida com a liquidação ex-judicial do BADEP, como não esteve na maioria das vezes, e não é responsabilidade dos governos os quais pertencemos de Richa, João Elísio e Álvaro Dias, os problemas que levaram o BADEP à situação que chegou. Vossa Excelência muito bem sabe que isso remonta a governos anteriores ao do ex-governador José Richa e quanto a não vinda de recursos do BNDES e do BACEN, Vossa Excelência já afirma, há mais de nove meses e a liquidação extra-judicial faz apenas dois, três meses que foi proposta.

Então, não tem nada a ver com a questão também da liquidação extra-judicial. O BNDES e o Banco Central não estão repassando recursos, não é só para o Paraná, não é para muitos e talvez a totalidade dos Estados.

Então, temos que deixar bem claro que esta Casa em nenhum momento se posicionou, se colocou a favor ou contra a liquidação

do BADEP, a não ser individualmente alguns Parlamentares. Esta Casa votou tão somente uma coisa que nós entendemos justa, a transferência do FDE do BADEP para o BANESTADO.

O Sr. Nelson Justus - Que foi a pá de cal para liquidação do banco.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Quero registrar com pesar, para que conste nos Anais desta Casa, o falecimento de Waldir Mafioletti, ocorrido num acidente de automóvel na tarde de ontem, numa cidade do Rio Grande do Sul. Foi Chefe do Núcleo da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná na Região Sudoeste, por um período de tempo, no Governo José Richa.

Infelizmente, num acidente de automóvel, perdeu a vida, na tarde de ontem, numa viagem que fazia a Porto Alegre a serviço, acompanhado pelo Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ampère, Silvino Grando, que se encontra na UTI em estado gravíssimo, e mais o agrônomo Ari de Davi e outra pessoa que os acompanhava nesta viagem.

Registramos isso com pesar, porque era pessoa muito bem quista na Região Sudoeste, tendo exercido importantes cargos públicos naquela região.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será anotado.

Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, documento expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado, Juízo Eleitoral da 16.<sup>a</sup> Zona, certificando a filiação do Doutor Domingos Faustino de Carvalho, inscrito nesta Zona Eleitoral, sob n° 3175560604. À Diretoria Legislativa, para as devidas anotações.

Projeto de Resolução de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio e da Senhora Deputada Emília Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Doutor Rosinha e Ernani Pudell, devidamente apoiado, constante do expediente. Retirado pelo au-



tor.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 151/91, que institui a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania e transforma a atual Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social em Secretaria do Trabalho e da Ação Social, assim como adota outras providências. Aprovado. (Publ. no D. A. n° 42, de 24.04.91.)

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 030/91, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova a Prestação de Contas da CABENFALE, referente ao exercício de 1990. Com PARECER FAVORÁVEL da C.T.C., por unanimidade.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 030/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - São aprovadas as Contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referentes ao exercício financeiro de 1990.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15.05.91.

(aa) NILTON BARBOSA

Presidente

ÉLIO RUSCH

Relator

Apoiamento: Mário Bezerra

João Iensen

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

#### PROPOSIÇÃO N° 34/91

P A R E C E R:

A Proposição em exame, trata da prestação de contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - CABENFALE, referente à verba de assistência social, do exercício financeiro de 1990.

Conforme Ofício n° 08/91 a supra citada entidade demonstra o empenho e o denodo com que vem tratando e atendendo os seus associados, bem como a correta aplicação do recurso recebido.

Isto posto, e, verificando-se a plena legalidade das contas prestadas, referente ao exercício financeiro de 1990, nosso parecer é FAVORÁVEL, nos permitindo ainda opinar pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15.05.91.

(aa) NILTON BARBOSA

Presidente

ÉLIO RUSCH

Relator

Aprovado.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, só para registrar o voto contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores ao Projeto de Resolução n° 30/91 e também o voto contrário do Deputado Paulo Maia do PSB, em função de que nós não fazemos parte da Comissão de Tomada de Contas, então, nós não tomamos conhecimento das contas; por isso nós votamos contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Anotado.

Sobre a Mesa, requerimento de n° 1335, de autoria do Senhor Deputado Edson Silva Lino, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1324, de autoria do Senhor Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Prejudicado.

O Projeto já se encontra em Regime de Urgência requerido pelo Deputado João Arruda.

Requerimento de n° 1325, de autoria do Senhor Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1326, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1328, 1330, 1331, 1329, 1332, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1334, de autoria do Senhor Deputado José Artur Ritti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1336 de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1340 e 1343, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1341 e 1342, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. (As matérias acham-se publicadas no final desta Ata).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando para quinta-feira, dia 06, uma sessão especial, para serem ouvidos os Senhores Secretários de Planejamento e Coordenação Geral e o das Finanças, em explanação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Marca ainda, uma sessão ordinária para segunda-feira, dia 10, à hora regimental com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 30/91.

Levanta-se a sessão.

## Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 05 DE JUNHO DE 1991.

## "OAB QUER A VALORIZAÇÃO DO ADVOGADO"

Encerrou ontem com a divulgação da "Declaração de Curitiba", o Encontro do Colégio de Presidentes da Ordem dos Advogados do Brasil, que estava acontecendo desde o último dia 30 na capital paranaense, e reuniu os presidentes dos Conselhos Seccionais e a diretoria do Conselho Federal da OAB.

Durante o Encontro, a principal preocupação dos presidentes das seccionais e do Conselho Federal foi dar início ao grande debate, que culminará com a definição do projeto de Reforma Estatutária da OAB, sobre o processo de modernização e valorização não apenas da estrutura da entidade como também na estrutura e ação da própria profissão do advogado.

O Colégio de Presidentes teve oportunidade de realizar o primeiro estudo oficial sobre o anteprojeto elaborado pela comissão especial designada pelo Conselho e, mesmo apresentando diversas emendas, deu sua aprovação à estrutura e propostas apresentadas.

A partir de agora, já com uma análise global feita pelos Presidentes seccionais e própria diretoria do Conselho Federal da OAB, o anteprojeto e as respectivas emendas, serão encaminhados para conhecimento e análise pelas 800 subseções e todas as regionais da OAB do País, dando continuidade ao imenso debate que deve terminar em 30 de dezembro deste ano, com a apresentação do anteprojeto definitivo ao Congresso Nacional.

"Estamos abrindo caminho para a valorização da Advocacia. Queremos um Judiciário ágil, moderno e eficiente, estruturado para ingressar no ano 2.000.

As decisões que tomamos agora são passos definitivos nesse sentido" afirmou ontem o Presidente do Conselho Federal Marcello Lavenere Machado.

A carta de Curitiba também deixa clara a posição dos advogados sobre outras questões nacionais, que embora não digam respeito diretamente à advocacia e a estrutura interna da Ordem, são de fundamental

importância para o País. No documento, foi reafirmada inviolabilidade da Constituição Federal; a inconstitucionalidade do plebiscito sobre a adoção da pena de morte no Brasil; e insurge-se contra a antecipação da revisão constitucional assinalada para 1993.

Além disso, o Colégio de Presidentes faz questão de ressaltar que todos os episódios envolvendo advogados não deve servir para manchar o nome da Instituição que sempre se afirmou como paladina das liberdades e da cidadania brasileira.

A questão do corporativismo do judiciário, ficou fora da Declaração de Curitiba, foi lamentada pelo presidente Marcello Lavenere Machado, ao final do encontro, durante entrevista à imprensa.

"Lamento que práticas corporativistas que eventualmente sentimos dentro do judiciário brasileiro tenham permitido a isenção de magistrado que comprovadamente estava envolvido com as fraudes da Previdência. Quanto aos advogados acusados, a OAB já estabeleceu inquéritos disciplinares para aplicar as penas que lhes corresponderem. Os que tiverem culpa comprovada podem sofrer desde advertência até a suspensão dos Quadros da Ordem dos Advogados do Brasil.

## A "DECLARAÇÃO DE CURITIBA"

O Colégio de Presidentes da OAB, encerrou ontem o I Encontro Nacional convocado pela atual diretoria do Conselho Federal.

O Encontro, iniciado no último dia 30, foi sintetizado na Declaração de Curitiba, um documento que serviria de base e orientação para os 300 mil advogados do País.

"No momento em que a Nação reafirma sua confiança na Ordem Jurídica Democrática e se volta para o Poder Judiciário, na busca do restabelecimento do direito violado por medidas inconstitucionais baixadas pelo Poder Executivo, o Colégio de Presidentes da Ordem dos Advogados do Brasil, reunido na cidade de Curitiba, no período de 30 de maio a 1° de junho de 1991, para discutir a nova realidade da Democracia, o futuro Estatuto da OAB e outros temas de relevância para os profissionais do direito e para toda a sociedade brasileira, declara solenemente que:

I - A inviolabilidade assegurada no Art. 133 da Constituição Federal, longe de configurar privilégios que se outorga aos advogados, consubstancia garantia consagrada ao cidadão, titular de direito sobre o qual se controverte em juízo. Tanto maior será a eficácia da função jurisdicional, quanto mais ampla for a liberdade de expressão concedida para a defesa dos interesses em conflito perante os tribunais.

II - Em face da necessidade de se adequar a atual realidade da advocacia às exigências do mundo contemporâneo e como contribuição ao aperfeiçoamento da ordem jurídica e rápida administração da justiça, proclama a urgência na elaboração do novo Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, que deverá redimensionar a estrutura da entidade, instituir eleições diretas para a escolha dos seus dirigentes e disciplinar os novos caminhos que se abrem para o exercício profissional.

III - Reafirma ser o advogado a par de co-responsável pela administração da justiça, onde é elemento imprescindível, agente da transformação social comprometido com o Estado de direito democrático e com a justiça social.

IV - Declara que acontecimentos que envolvam profissionais da advocacia não deslustram o conceito da instituição que, através dos tempos, tem se afirmado como a paladina das liberdades e a patrocinadora maior das causas da cidadania brasileira.

Congregando cerca de trezentos mil profissionais em todo o país, pode ocorrer o envolvimento de alguns de seus filiados em episódios negativos, incidências que se verificam em todas as áreas da atividade humana. Nesses casos, a O.A.B. sempre examina, valoriza e julga, na esfera disciplinar, o comportamento ético individual, fazendo aplicar a lei, invariavelmente.

V - Denuncia a inconstitucionalidade do plebiscito sobre a adoção da pena de morte, eis que o direito à vida, assegurado no texto constitucional, não pode, em qualquer hipótese, ser objeto de questionamento, ainda que através do mais democrático de todos os mecanismos de consulta popular.

Repudia as manobras destinadas a instituir a pena de morte na legislação brasileira, a pretexto de se conter a criminalidade violenta, ordinariamente filha da miséria e das injustiças sociais.

VI - Insurge-se contra a antecipação da revisão constitucional, assinalada para 1993, porque não completado o ciclo experimental determinado pelo Poder Constituinte Originário já que a Constituição Federal de 1988 não foi vivenciada, na maior parte de seus dispositivos, que, até esta data, não foram regulamentados."

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 05 DE JUNHO DE 1991.

"AS ARTES CIÊNCIAS DO PARANÁ VOLTARÃO A PRÉ-HISTÓRIA.

"O ator carioca Osvaldo Loureiro des-

ceu de pára-quebras à superintendência da Fundação Teatro Guaíra.

Enquanto isso, os planos de uma política cultural na área das artes cênicas esperam audiência, lá fora."

Divonsir, Aloísio, Lara e Cauê. "As ações que estamos presenciando caracterizam um retrocesso de 12 anos. O Paraná voltará a ser palco de grandes espetáculos nacionais e nossa própria cultura ficará com os farelos da mesa."

Cultura não é e nem pode ser considerada como uma manifestação intelectual elitizada. Cultura é o somatório de vivência de um povo que está em determinada região onde existem manifestações comuns. As manifestações culturais ocorrem nos hábitos de comer e vestir, nas festas, na dança, na música, na arte de representar, nos versos, na escrita, no artesanato, etc...

Em uma sociedade é preciso que as pessoas estejam culturalmente integradas no meio em que vivem, pois isso caracteriza um "povo" e não somente um amontoado de pessoas.

A cultura dá às pessoas um melhor referencial para o julgamento dos fatos cotidianos para tomarem as decisões que melhor atendem suas expectativas, auxiliando inclusive aos dirigentes que administram a cidade, o Estado ou o país onde vivem.

Portanto a cultura de um povo precisa ser preservada para que este povo seja conduzido enganosamente ao sabor dos caprichos de pessoas ditas "iluminadas". Assim sendo quem deve cuidar da preservação e desenvolvimento da Cultura é o próprio povo.

Há quem diga que as artes cênicas do Paraná não andam bem das pernas há mais de trezentos anos. Há quem comente que o que existe de bom é o que vem de fora. Os produtores independentes afirmam serem preteridos em benefício das produções oficiais, quando se fala em verbas e espaços. Há ainda, a crítica severa à Sociedade da Cultura em "beneficiar setores artísticos em detrimento de outros, em beneficiar a capital do Estado ou, ainda, dirigir parte das verbas ao Interior (para projetos amplos) e, na verdade, ninguém vê nada. Críticas e idéias orientam os segmentos em torno de organizações de classe que, por sua vez, exigem mudanças e ações as quais, numa democracia, assume o nome de "política cultural".

A arte do Paraná tem demonstrado um avanço político/artístico significativo. Dos tempos em que o governo comprava espetáculos para estrearem aqui (nunca havendo direito para os grupos locais) e de quando o PARANÁ GANHOU O STATUS DE "CAPITAL CULTURAL", passamos com muito suor a produzir uma cultura que, se não ultrapassou em muito as fronteiras, reflete nossa reali-

dade e necessidades locais.

Como exemplo, as produções oficiais do Teatro Guaíra (dança, ópera, teatro e música) ganharam um novo público ao mostrarem - a baixos preços, a excelente qualidade de nossos artistas e técnicos. Além de trazerem à tona obras importantes como "O Barbeiro de Sevilha", "A Vida de Galileu", "As Bruxas do Salém", entre outras, trouxeram ao Paraná nomes como Celso Nunes, Aurélio Di Simone, Ademar Guerra, Paulo Autran - pessoas que aqui deixaram, em forma de cursos, palestras e do próprio trabalho, uma contribuição ao nosso processo cultural.

Das sete produções do Teatro de Comédia do Paraná (T.C.P.), seis delas eram feitas basicamente por elencos e técnicos que aqui vivem e trabalham. Há muitas críticas às produções oficiais e há muitas produções independentes que nos levam a outras propostas possíveis, como as produções do grupo Proteu-UEL e dos grupos da UEM (Maringá), para citar o Interior do Estado, além de muitos outros que, à falta de melhor divulgação e apoio, possuem um excelente trabalho desconhecido além das fronteiras de sua região; mas é preciso que a arte do Paraná projete-se junto ao seu próprio público, e as produções oficiais podem ser um início.

No plano político criou-se, após muita luta, a Comissão Estadual de Artes Cênicas (CEAC-1981), um fórum de debates e resoluções da política cultural junto à Secretaria de Cultura e formado pelos Artistas e Técnicos (SATED), pelos produtores (APAC), pelos amadores (FITAP), Fundação Teatro Guaíra, Fundação Cultural de Curitiba e o extinto Instituto Nacional de Artes Cênicas (INACEN). Antes da CEAC não havia critérios para a canalização das verbas federais e estaduais.

O Paraná, que já tinha escassos recursos, via sua verba ser distribuída "entre amigos", cita Cauê (APAC). A CEAC completa hoje 10 anos e, se era um conselho consultivo que, de fato, foi tornando-se deliberativo, ao final do último governo tornou-se deliberativo de direito.

A nível nacional, a importância do Paraná se percebe quando sabemos que Aloísio Cherubin, presidente da SATE, é também presidente da associação nacional do setor; quando sabemos que Glauco Souza Lobo foi indicado por vários Estados para a lista tríplice à presidência do INACEN e Iara Sarmento (SATED) foi uma das mais importantes figuras da questão cultural na Constituinte.

#### PROMESSA E TRAIÇÃO

Às vésperas da eleição para governador do Estado, o então candidato Roberto Requião recebeu as propostas da classe artística e manifestou-se "sensível e empol-

gado" em relação ao que havia lido. Por ocasião do lançamento do filme "Lápis de Cor e Salteado", do paranaense Nivaldo Lopes, o então Secretário da Cultura René Dotti citou o governo de Requião como um "governo de continuidade" - o que se entende, por exemplo, como "pelo menos não será pior". Passaram as eleições e, desde o dia 16 de março, os artistas procuram Requião para poderem discutir a política cultural.

A nomeação da Secretária Gilda Poli para a Cultura, causou estranheza, por sua passagem questionável pela Secretaria da Educação e por ser uma pessoa "com pouca ou nenhuma ligação com a arte". Mas o maior espanto chegou ao Rio de Janeiro, com a indicação do ator Osvaldo Loureiro para o cargo de Superintendente da Fundação Teatro Guaíra.

Os representantes das categorias foram à imprensa, após procurarem a Superintendente Interina, Vera Mussi, após avistarem-se com a Secretária Gilda Poli, após não acharem o Chefe da Casa Civil Caíto Quintana e após uma reunião na casa de Clauco Souza Lobo e onde estava presente o irmão do Governador, Eduardo Requião. Sem oportunidade de debater, apelaram diretamente ao Governador, conseguindo apenas serem recebidos pelo seu Chefe de Gabinete, que prometeu "tentar uma audiência".

O que incomoda mais os artistas não é a nomeação de Loureiro. "É todo o pacote que deve vir junto com a indicação e, mais ainda, a forma antidemocrática como foi imposta, antes de qualquer discussão sobre uma proposta de política cultural", afirma Cauê. É uma traição a seus eleitores, que acreditam nas vias democráticas - o discurso de seu partido", completa. "A FTG não são três auditórios, nem um balé, uma orquestra e um coral."

Há diversas divisões, de circo, de teatro amador, o TCP (...). A FTG ocupa um assento na CEAC e decide os rumos das artes cênicas do Estado inteiro, junto às outras entidades. É um cargo de extrema importância o do Superintendente, deve ser ocupado por alguém com intensa experiência administrativa, alguém que viva a nossa realidade e conheça seus processos e carências", reflete Iara Sarmento.

Aloísio Cherubin completa: "Nós temos no Paraná vários nomes, inclusive de conhecimento do Governador - que representam interior ou a Capital, é só escolher. Osvaldo Loureiro foi recusado para a direção do Teatro João Caetano, no Rio. Engraçado, ele não pode dirigir uma simples casa de espetáculos, mas pode dirigir o FTG. O Governador, com essa atitude, diz aos outros que o Estado do Paraná é incompetente e não produz inteligência. Então que fechem as escolas de Administração, porque em to-

dos esses anos não conseguiram formar ninguém capaz", desabafa. A recusa - salientam os três - não é pelo nome e nem por não ter nascido aqui. É por não viver a nossa realidade conosco.

#### O SECRETÁRIO REQUIÃO

Por falar em "pacote cultural", na reunião com Eduardo Requião, a classe artística teria ouvido, por mais de 5 horas, uma explanação empolgada a respeito de "como será a arte paranaense nos próximos quatro anos". Na promessa de ajudar os empresários das artes cênicas do Paraná, Requião desfilou uma série de idéias, como a de empresariar (comprar) espetáculos de renome, principalmente do Rio; a de realizar produções "mistas" com elenco daqui e de fora; e outras idéias que, gastando muito dinheiro, tornam o Paraná o paraíso dos empresários cariocas e paulistas, uma vez que não precisariam nem divulgar seus espetáculos.

"Há uma bolsa de 1 milhão de dólares à disposição do FTG no momento em que Osvaldo Loureiro iniciar o seu trabalho", teria dito. Soubemos a informação noticiosa de que os empresários do Rio estão enviando ao Governador uma carta de apoio e parabenizando a nomeação de Loureiro. A pergunta que fazemos é: "o que sobra para os artistas paranaenses e projetos que não desengavetam?"

Divonsir Moreira (representante dos amadores), se pergunta: "Para onde vai o processo iniciado da TV Educativa - carente de mão-de-obra e recursos - para onde vai a Rádio Estadual do Paraná e o Teatro José Maria Santos (o demolido Teatro de Classe, prometido o início das obras no final do Governo anterior), entre outras coisas? Discutiu-se tanto a regionalização da cultura que nos parece loucura tudo isso. Queremos discutir um plano de ação das artes cênicas".

Cauê, da APAC, afirma ser "um tapa na cara num movimento artístico que durou 12 anos para se recompor e começava a mostrar o seu resultado junto ao público. Nós nos projetamos pelo trabalho e pela qualidade, e é isso que importa. Não é colocando um superintendente global que vamos melhorar a nossa arte", completa. Estariam ainda, nos planos de Eduardo Requião contratos de peso (\$) com a rede Manchete, gravando trechos da novela "Ana Raio e Zé Trovão", em Vila Velha e Foz do Iguaçu.

A propósito disso, os gaúchos estavam inconformados com o diretor Jayme Monjaridim, que teria desfigurado costumes e dados geográficos do Rio Grande na novela: É certo que é ficção, mas a ficção deve informar, não distorcer". A reportagem termina afirmando que é costume de Rio e São Paulo que interesses financeiros da mídia se sobreponham à cultura".

Outro plano desse paranaense que reside há 25 anos no Rio, seria a transformação do presídio de Piraquara num grande centro cultural. Existem outros planos que, haja o que houver, nos informam que existe muito dinheiro destinado à cultura no Paraná.

Sobre Osvaldo Loureiro (a sua nomeação depende apenas de sua resposta ao convite do Governo), Aloísio Cherubin comenta que "não é sano que um ator e diretor com residência fixa e contatos no Rio, estável, venha a Curitiba para aceitar um cargo pelo qual receberá um salário de, no máximo, 300 mil cruzeiros". Do Rio nos vem informações de que o salário seria de 3 milhões mais casa e a regalia de 6 passagens de ida e volta todo o mês.

Nos perguntamos que ganha Osvaldo Loureiro quando voltar para o Rio, e quanto tempo ele ficará no cargo, se é que vai ficar? Irá ajudar os cariocas a fazerem teatro no Paraná? "O Governador Requião ignora nossa história e nosso potencial, e parece que quer retornar o Paraná a ser uma quinta província de São Paulo. Então, vamos votar, nas próximas eleições, para um candidato de fora do Estado, pois ele deverá fazer mais para o Paraná que os nossos", coloca Cherubin.

"Porque há duas formas de se acabar com a cultura: como o Collor faz, tornando-a secretaria, e essa", completa. "À primeira vista, é ótimo que espetáculos de quilate nacional e internacional aqui venham, mas não ao preço que sairão ao contribuinte, dinheiro que não retornará senão ao bolso dos empresários de outros Estados", diz Luciana Cherubin.

É absurdamente óbvio que, enquanto não se investir numa cultura local (que é o que fizeram os grandes centros), nunca haverá qualidade. É caso idêntico ao da pesquisa científica e da indústria nacional, de cujo resultado estamos padecendo com o desemprego e a dívida externa. "É preciso primeiro investir na FTG - cuja defasagem humana é de 104 funcionários - antes de se colocar tudo isso para funcionar", acrescenta Iara Sarmento.

Mais um recado da classe é a mudança na CEAC, tornando-a novamente apenas consultiva. "As pessoas não respeitam a luta que foi para tornarmos a CEAC deliberativa e a importância disso. A Secretária provavelmente sabe dessa importância, e que isso pode afetar seu poder", pensa Cauê.

#### E FINALMENTE

Eduardo Requião, pensando alto em grandes produções e Gilda Poli - que, entre outras declarações, teria dito ser "um palanque a serviço do Governador" - não assumindo o papel de seu posto no governo, que seria o de discutir e encaminhar projetos, mas apenas se responsabilizando pe-

los que vêm de cima. Essa comparação nos faz pensar quem seria, de verdade, o nosso Secretário de Estado da Cultura.

Esperamos que o Governador se sensibilize e tome conhecimento do que aconteceu e acontece em sua administração, recebendo os que conhecem a cultura em seu gabinete,

para discutir sobre cultura. A situação é facilmente reversível e seria um ato nobre voltar atrás, porque não é difícil perceber que a arte cênica do Paraná tem uma história de trabalho de 40 anos e já é de maior para decidir seus próprios rumos."